

Painhas, S.A.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2025

(Demonstração de Sustentabilidade elaborada ao abrigo da Diretiva CSRD e das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade – ESRS)

Período de Referência: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Data de Publicação: setembro de 2026

Documento aprovado pelo Conselho de Administração da Painhas, S.A.,



1. ESRS 2 – Divulgações Gerais

BP-1 Base Geral para a elaboração das Demonstrações de Sustentabilidade

A Demonstração de Sustentabilidade da Painhas, S.A. foi elaborada numa base individual, abrangendo a totalidade das atividades refletidas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assegurando a coerência, consistência e comparabilidade entre a informação financeira e a informação não financeira divulgada.

O presente documento constitui o primeiro exercício formal de relato em conformidade com a Diretiva (UE) 2022/2464 — Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD) — e com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS¹), aprovadas pelo Regulamento (UE) 2023/2772 da Comissão Europeia. Este enquadramento normativo reforça o compromisso da Painhas, S.A. com uma comunicação transparente, fiável, auditável e alinhada com as melhores práticas europeias de reporte ESG² (*Ambiente, Social e Governança*).

A sustentabilidade é assumida como um princípio estruturante do modelo de negócio da Painhas, S.A., integrando-se transversalmente na governação, na estratégia, na gestão de riscos e na cultura organizacional. O presente relatório reflete essa integração, evidenciando a articulação entre a estrutura de governação (GOV), o modelo de negócio e a estratégia (SBM), e o processo de identificação e gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO).

A identificação dos temas materiais foi realizada através de um exercício estruturado de Avaliação de Dupla Materialidade, conforme descrito no ponto IRO-1, combinando a análise dos impactos reais e potenciais das atividades da empresa sobre o ambiente e a sociedade (materialidade de impacto) com a avaliação dos riscos e oportunidades suscetíveis de afetar a sua situação financeira, desempenho e posição futura (materialidade financeira). Este processo integrou o envolvimento das partes interessadas e a análise de fontes internas e externas relevantes, garantindo robustez metodológica e alinhamento com as ESRS.

A Demonstração de Sustentabilidade abrange toda a cadeia de valor da Painhas, S.A., contemplando não apenas os impactos diretos das suas operações nas áreas da Engenharia Elétrica, Instalações, Telecomunicações e Construção Civil especializada, mas também os efeitos a montante e a jusante. Sempre que aplicável, são explicitadas as limitações metodológicas, pressupostos adotados e eventuais estimativas utilizadas.

¹ *European Sustainability Reporting Standards*

² *Environmental, Social, and Governance*

Reconhece-se que, tratando-se do primeiro exercício de reporte ao abrigo da CSRD, alguns requisitos de divulgação encontram-se ainda em fase de consolidação interna, nomeadamente no que respeita à maturidade de determinados sistemas de recolha de dados e à granularidade de alguns indicadores. A Painhas, S.A. compromete-se a reforçar progressivamente os seus mecanismos de controlo interno, rastreabilidade e validação de informação, preparando o sistema para futuras verificações externas de natureza limitada ou razoável.

A elaboração da presente Demonstração de Sustentabilidade reflete, assim, um compromisso contínuo com a melhoria da qualidade do relato, com a integração estratégica dos fatores ESG e com a criação de valor sustentável para todas as partes interessadas, no curto, médio e longo prazo.

BP-2 Divulgações em relação a circunstâncias específicas

Os horizontes temporais considerados na presente Demonstração de Sustentabilidade encontram-se alinhados com os utilizados nas demonstrações financeiras da Painhas, S.A., assegurando consistência entre os instrumentos de relato corporativo. Para efeitos de análise estratégica e gestão de riscos ESG, foram adotadas três perspetivas temporais complementares:

- Curto Prazo – 1 a 2 anos;
- Médio Prazo – 3 a 5 anos;
- Longo Prazo – Superior a 5 anos.

Esta abordagem permite enquadrar adequadamente os impactos, riscos e oportunidades identificados no âmbito da Avaliação de Dupla Materialidade (IRO-1), assegurando coerência entre estratégia, planeamento e gestão prospetiva.

A preparação da presente Demonstração segue os mesmos princípios de rigor, comparabilidade e consistência aplicados às demonstrações financeiras, garantindo a fiabilidade da informação reportada. Sempre que aplicável, os pressupostos, estimativas e metodologias adotadas para o cálculo de indicadores não financeiros são descritos ao longo do relatório, com referência às fontes internas e externas utilizadas.

Nos casos em que a informação reportada envolva estimativas — nomeadamente no cálculo de emissões de gases com efeito de estufa, indicadores sociais ou métricas da cadeia de valor — foram aplicados critérios prudenciais e metodologias reconhecidas internacionalmente, assegurando transparência, rastreabilidade e reprodutibilidade dos resultados.

Sempre que determinada informação seja apresentada por remissão, nos termos da secção 9.1 da ESRS 1, a Painhas, S.A. identifica de forma clara e objetiva o documento ou a secção correspondente, garantindo a acessibilidade e compreensibilidade da informação divulgada.

Durante o exercício de 2025 não se verificaram circunstâncias excepcionais suscetíveis de comprometer a comparabilidade ou integridade dos dados apresentados. Não obstante, reconhece-se que determinados indicadores se encontram em fase de consolidação metodológica, decorrente da implementação progressiva dos requisitos da CSRD. A empresa continuará a desenvolver mecanismos de automatização e digitalização da recolha de dados, reforçando a consistência temporal e a granularidade da informação reportada em exercícios futuros.

A Painhas, S.A. reafirma o seu compromisso com a melhoria contínua dos seus processos de reporte, assegurando que a evolução do seu sistema de controlo interno acompanha as exigências regulatórias e as melhores práticas europeias em matéria de relato de sustentabilidade.

GOV-1 Papel dos Órgãos de Administração, de Direção e de Supervisão

A Painhas, S.A. é administrada por um Conselho de Administração composto por Helena Painhas, Nuno Alves, Gil Castilho, Andreia Castilho, Rui Osório e João Neves. Compete a este órgão assegurar a definição da orientação estratégica da empresa, a supervisão da sua atividade e a integração transversal dos princípios ambientais, sociais e de governação (ESG) no modelo de negócio.

A sustentabilidade encontra-se incorporada ao mais alto nível da estrutura organizacional, sendo considerada um elemento estruturante do processo de tomada de decisão. O Conselho de Administração assegura que os impactos, riscos e oportunidades identificados no âmbito da Avaliação de Dupla Materialidade são devidamente considerados no planeamento estratégico, na gestão de riscos e na alocação de recursos, garantindo coerência entre desempenho económico e criação de valor sustentável a longo prazo.

A liderança executiva é assegurada pela Eng.ª Helena Painhas, Chief Executive Officer (CEO), responsável pela definição e execução da estratégia corporativa e pela articulação entre desempenho financeiro, responsabilidade ambiental e compromisso social. Sob a sua direção, a sustentabilidade consolidou-se como um pilar central da gestão, alinhado com os desafios da transição energética, da qualidade operacional, da segurança no trabalho e da ética empresarial.

Os restantes membros do Conselho de Administração exercem funções executivas nas respetivas áreas de responsabilidade, assegurando a integração dos princípios ESG nas operações internacionais, na gestão financeira e administrativa, na coordenação operacional das atividades técnicas e na digitalização e segurança dos sistemas de informação. Esta estrutura permite que as decisões estratégicas sejam suportadas por uma visão multidisciplinar, combinando competências técnicas, financeiras, jurídicas e operacionais.

A diversidade de experiências e formações presentes no Conselho de Administração constitui um fator relevante para a qualidade da governação, promovendo uma abordagem equilibrada aos desafios regulatórios, tecnológicos e ambientais que caracterizam o setor da energia e das infraestruturas.

A atuação do Conselho de Administração é apoiada pela Direção de Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade (SGI), liderada por Liliana Viana, responsável pela coordenação das políticas ESG, pela monitorização dos indicadores de desempenho, pela avaliação de riscos e pela elaboração da presente Demonstração de Sustentabilidade.

O Comité de Sustentabilidade, formalizado através da *Instrução de Trabalho IT156*, constitui um órgão interno multidisciplinar de natureza consultiva e estratégica, integrando representantes das principais Direções da empresa. Este Comité reúne-se trimestralmente e sempre que necessário, apoiando a Administração na definição e acompanhamento da estratégia ESG, na monitorização de metas e indicadores, na avaliação de impactos, riscos e oportunidades e na conformidade com os requisitos da CSRD e das ESRS. As suas conclusões são formalmente reportadas ao Conselho de Administração, assegurando a integração sistemática dos fatores de sustentabilidade nas decisões estratégicas.

A Painhas, S.A. mantém um Sistema de Gestão Integrado certificado segundo as normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001 desde 2006, bem como ISO 27001 e ISO 22301 desde 2023. Estas certificações evidenciam a robustez do modelo de governação, a maturidade dos mecanismos de controlo interno e o compromisso com a melhoria contínua, assegurando que os princípios ESG se encontram incorporados nos processos organizacionais.

No âmbito do reforço da maturidade do seu modelo de governação e da consolidação das responsabilidades em matéria de sustentabilidade, a Painhas, S.A. prevê, para o exercício de 2026, a revisão do Manual de Funções, com o objetivo de clarificar responsabilidades, atualizar competências e integrar de forma explícita as responsabilidades ESG nas descrições funcionais das Direções e cargos-chave.

Em paralelo, será igualmente revista a composição e as funções dos membros do Comité de Sustentabilidade, reforçando a definição de responsabilidades individuais, metas associadas e mecanismos formais de acompanhamento, em alinhamento com a evolução dos requisitos da CSRD e das ESRS.

Esta iniciativa visa fortalecer a responsabilização interna, a rastreabilidade das decisões estratégicas e a integração plena dos fatores ambientais, sociais e de governação no modelo de gestão corporativa, preparando a organização para um nível crescente de exigência regulatória e eventual verificação externa da informação de sustentabilidade.



ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

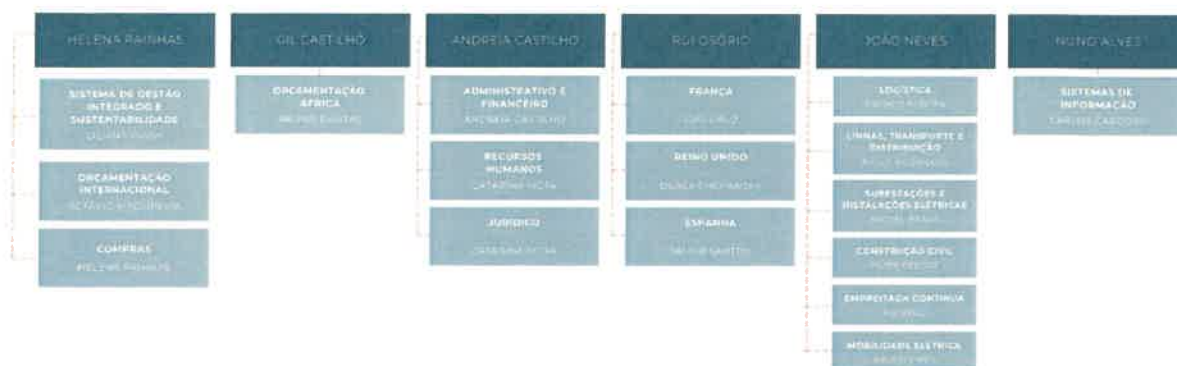


Figura 1 - Estrutura de Governação da Painhas, S.A. (2025)

GOV-2 Informações Prestadas e Questões de Sustentabilidade abordadas pelos Órgãos de Gestão

A sustentabilidade constitui uma prioridade estratégica para a Painhas, S.A., encontrando-se plenamente integrada na sua estrutura de governação e nos processos regulares de acompanhamento da gestão. O Conselho de Administração assegura que as questões ambientais, sociais e de governação são consideradas de forma sistemática nas decisões estratégicas e operacionais, em articulação com os resultados económicos e financeiros.

A informação relativa ao desempenho ESG é preparada pela Direção de Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade (SGI), em estreita colaboração com as Direções operacionais e funcionais, garantindo a recolha estruturada de dados, a validação interna e a consolidação dos indicadores relevantes. Este processo encontra-se alinhado com o Sistema de Gestão Integrado e com os mecanismos de controlo interno descritos no ponto GOV-5.

O Comité de Sustentabilidade desempenha um papel central neste fluxo de informação, analisando periodicamente os resultados obtidos, avaliando desvios face às metas estabelecidas e propondo medidas corretivas ou de melhoria. As conclusões das suas reuniões são formalmente comunicadas ao Conselho de Administração, assegurando a supervisão efetiva das matérias ESG ao mais alto nível da organização.

Os temas de sustentabilidade são abordados nas reuniões de gestão e nas Revisões pela Gestão realizadas no âmbito do Sistema de Gestão Integrado, sendo analisados em conjunto com os indicadores operacionais e financeiros. Esta abordagem integrada permite que os impactos, riscos e oportunidades identificados no processo de Avaliação de Dupla Materialidade sejam considerados na definição de prioridades estratégicas, no planeamento de investimentos e na gestão de riscos corporativos.

Durante o exercício de 2025, foram objeto de acompanhamento regular, por parte dos órgãos de gestão, os seguintes temas prioritários:

- A implementação da Diretiva CSRD e das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), incluindo a consolidação metodológica do reporte;
- A Avaliação de Dupla Materialidade e a identificação de impactos, riscos e oportunidades materiais;
- A transição energética e a melhoria da eficiência operacional e energética;
- O cálculo da Pegada de Carbono nos Âmbitos 1, 2 e 3, incluindo a análise das emissões diretas, indiretas e da cadeia de valor;
- A monitorização dos indicadores de desempenho ambiental e saúde e segurança no trabalho;
- O desenvolvimento de competências e a formação dos trabalhadores;
- A promoção da igualdade, ética e cultura organizacional;
- A segurança da informação e a continuidade de negócio, no âmbito das certificações ISO 27001 e ISO 22301.

A análise sistemática destas matérias permitiu atualizar políticas internas, definir planos de ação específicos e reforçar os mecanismos de controlo e monitorização. As decisões tomadas são documentadas e integradas no ciclo de melhoria contínua da organização, garantindo coerência entre estratégia, execução operacional e relato de sustentabilidade.

Deste modo, a Painhas, S.A. assegura que o desempenho em matéria de sustentabilidade não é tratado como um exercício meramente declarativo, mas como um processo contínuo de supervisão, decisão e responsabilização, integrado no modelo de governação corporativa.

GOV-3 Integração do Desempenho em Matéria de Sustentabilidade nos Regimes de Incentivos

A Painhas, S.A. dispõe de um sistema estruturado de Avaliação de Desempenho Anual, aplicado a nível departamental e individual, que integra critérios técnicos, operacionais e comportamentais alinhados com os princípios de sustentabilidade e de melhoria contínua.

O desempenho das Direções e equipas é avaliado com base em indicadores definidos no âmbito do Sistema de Gestão Integrado (SGI), certificado segundo as normas ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, ISO 27001 e ISO 22301. Estes indicadores refletem não apenas resultados operacionais e financeiros, mas também metas relacionadas com qualidade, ambiente, segurança, eficiência na utilização de recursos, conformidade legal e satisfação das partes interessadas.

A dimensão ambiental encontra-se progressivamente integrada na avaliação de desempenho, nomeadamente através da monitorização da eficiência energética, da gestão de resíduos, da redução de incidentes ambientais e, desde 2025, do cálculo e acompanhamento da Pegada de Carbono nos Âmbitos 1, 2 e 3. A dimensão social é considerada através da análise de indicadores de segurança e saúde no trabalho, formação, retenção de trabalhadores e cultura organizacional. A vertente de governação é incorporada mediante o cumprimento de requisitos legais, normativos e éticos, bem como através do reforço dos mecanismos de controlo interno.

Com base nos resultados obtidos, a Painhas, S.A. atribui um Prémio de Desempenho Anual, variável em função do desempenho global do departamento e dos objetivos individuais definidos no início do ciclo de avaliação. Este prémio reconhece a contribuição efetiva para o cumprimento dos objetivos estratégicos, incentivando comportamentos alinhados com a qualidade, a segurança, a eficiência operacional e a responsabilidade social. Em alinhamento com as boas práticas de governação, a organização promove igualmente a integração progressiva de critérios de sustentabilidade na avaliação global do desempenho, incluindo ao nível da gestão de topo, reforçando a responsabilização dos órgãos de administração pelos resultados alcançados nestas matérias.

A sustentabilidade encontra-se ainda refletida em iniciativas de reconhecimento interno, como o Concurso 5R's, que distingue anualmente projetos desenvolvidos por trabalhadores com enfoque na redução, reutilização, reciclagem, repensar e recuperação de recursos. Esta iniciativa reforça a cultura de inovação sustentável e promove o envolvimento ativo dos trabalhadores na melhoria do desempenho ambiental.

Embora a empresa não disponha, à data, de um regime formal de incentivos financeiros exclusivamente associado a metas ESG quantificadas, os critérios de avaliação já incorporam dimensões ambientais, sociais e de governação de forma transversal, incluindo na apreciação do desempenho da gestão. A Painhas, S.A. prevê evoluir progressivamente para um modelo mais estruturado de integração de objetivos ESG nos sistemas de avaliação e reconhecimento, reforçando o alinhamento entre estratégia, responsabilização individual e desempenho sustentável.

Esta evolução permitirá consolidar a cultura de responsabilidade interna e fortalecer a ligação entre governação, execução operacional e criação de valor sustentável, em conformidade com os princípios da CSRD e das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade.

GOV-4 – Declaração sobre o Dever de Diligência

A Painhas, S.A. aplica um processo estruturado de devida diligência em matéria de sustentabilidade, destinado a identificar, prevenir, mitigar e acompanhar impactos negativos reais ou potenciais das suas atividades sobre o ambiente, os trabalhadores, a sociedade e a cadeia de valor, assegurando simultaneamente a criação de valor económico sustentável.

O processo de devida diligência encontra-se integrado no Sistema de Gestão Integrado (SGI) da empresa e articula-se com a estrutura de governação descrita nos pontos anteriores, garantindo que os fatores ambientais, sociais e de governação são considerados de forma sistemática na tomada de decisão estratégica e operacional.

A abordagem adotada pela Painhas, S.A. está alinhada com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e com as Linhas-Diretivas da OCDE para Empresas Multinacionais, refletindo um compromisso claro com a conduta empresarial responsável.

O processo de devida diligência desenvolve-se de forma contínua e estruturada, compreendendo as seguintes etapas interligadas:

- A identificação e avaliação de impactos, riscos e oportunidades materiais, realizada periodicamente através da Avaliação de Dupla Materialidade, com o envolvimento das Direções operacionais e das partes interessadas relevantes;
- A definição de políticas, procedimentos e medidas de prevenção ou mitigação, integradas nos sistemas de gestão da qualidade, ambiente, segurança e ética, incluindo requisitos aplicáveis à cadeia de valor;
- A monitorização regular dos indicadores de desempenho ESG e a avaliação da eficácia das medidas implementadas, no âmbito das reuniões do Comité de Sustentabilidade e das Revisões pela Gestão;
- A comunicação interna e externa dos resultados, através da presente Demonstração de Sustentabilidade, assegurando transparência e prestação de contas.

Etapa do processo de Devida Diligência	Capítulo da Demonstração de Sustentabilidade que aborda
Integração do dever de diligência na governação, estratégia e modelo de negócio.	GOV-2 / GOV-3 / SBM-3
Diálogo com as partes interessadas afetadas.	GOV-2 / SBM-2 / IRO-1 / MDR-P
Identificação e avaliação de impactos negativos nas pessoas e no ambiente.	SBM-3 / IRO-1
Adoção de medidas para responder aos impactos negativos.	MDR-A
Acompanhamento e avaliação da eficácia das medidas implementadas.	MDR-M / MDR-T

A integração do dever de diligência na governação corporativa permite que os impactos negativos identificados sejam tratados de forma estruturada e proporcional ao seu grau de materialidade, assegurando que os riscos significativos são acompanhados ao mais alto nível da organização.

No que respeita à cadeia de valor, a Painhas, S.A. incorpora critérios de qualificação e avaliação de fornecedores, cláusulas contratuais de sustentabilidade e mecanismos de acompanhamento da conformidade legal e normativa, reforçando a responsabilização partilhada e a prevenção de riscos associados a direitos humanos, condições de trabalho e práticas ambientais.

As conclusões do processo de devida diligência são comunicadas ao Conselho de Administração, que assegura a integração das medidas corretivas e preventivas na estratégia empresarial e nos planos de ação anuais.

A Painhas, S.A. reconhece que o reforço progressivo da maturidade do seu processo de devida diligência constitui um fator essencial para a resiliência organizacional e para a conformidade com a evolução do enquadramento regulatório europeu em matéria de sustentabilidade, comprometendo-se a aprofundar os mecanismos de monitorização, rastreabilidade e responsabilização nos exercícios futuros.

GOV-5 – Gestão de Riscos e Controlos Internos da Comunicação da Informação

A Painhas, S.A. dispõe de um Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, integrado no seu Sistema de Gestão Integrado (SGI), certificado segundo as normas ISO 9001, ISO 14001, ISO 45001, ISO 27001 e ISO 22301. Este sistema assegura que todos os processos de planeamento, execução, monitorização e

reporte — incluindo os relacionados com a sustentabilidade — são conduzidos de forma estruturada, documentada e passível de verificação.

A gestão de riscos encontra-se articulada com o processo de Avaliação de Dupla Materialidade descrito no ponto IRO-1, assegurando que os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados são considerados no planeamento estratégico e nos mecanismos de controlo interno.

O processo de Relato de Sustentabilidade assenta em fluxos de informação definidos, envolvendo as Direções Operacionais e Funcionais, sob coordenação da Direção de Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade (SGI). Os dados são recolhidos com base em registos internos e evidências documentais, validados pelos responsáveis de cada área e sujeitos a revisões internas antes da consolidação final.

A metodologia de avaliação de riscos considera a probabilidade e o impacto de cada risco identificado, permitindo estabelecer prioridades de mitigação e planos de ação adequados. No âmbito específico do relato de sustentabilidade, foram identificados como principais riscos:

- Inconsistência ou incompletude dos dados recolhidos em diferentes departamentos;
- Interpretação incorreta de requisitos normativos ou indicadores ESRS;
- Atrasos na recolha de informação que possam comprometer a atualidade dos dados.

Para mitigar estes riscos, a Painhas implementa controlos preventivos e corretivos, nomeadamente procedimentos documentados no SGI para recolha e validação de dados, formação interna sobre reporte ESG, revisões técnicas conduzidas pela Direção de SGI e Sustentabilidade e registo sistemático de evidências que asseguram a rastreabilidade da informação divulgada.

O acompanhamento do sistema de controlo interno é efetuado no âmbito das reuniões do Comité de Sustentabilidade e das Revisões pela Gestão, sendo as conclusões apresentadas ao Conselho de Administração. Este processo garante a supervisão ao mais alto nível e a integração das conclusões nos planos de ação anuais.

Durante o exercício de 2025, a Painhas reforçou a integração dos fatores de sustentabilidade no seu sistema de controlo interno, com destaque para a consolidação metodológica do cálculo da Pegada de Carbono, a melhoria da rastreabilidade dos indicadores sociais e de segurança e a preparação progressiva para futura verificação externa da Demonstração de Sustentabilidade.

A empresa continuará a evoluir no sentido da digitalização e uniformização dos processos de recolha e tratamento de dados ESG, reforçando a consistência, comparabilidade e fiabilidade da informação reportada, em alinhamento com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade.

SBM-1 – Estratégia, Modelo de Negócio e Cadeia de Valor

Com 45 anos de experiência, a Painhas, S.A. afirma-se como uma referência sólida e reconhecida nos domínios da produção, transporte, distribuição e manutenção de redes e infraestruturas de energia.

Ao longo das últimas décadas, a empresa consolidou a sua posição no mercado, diversificou estrategicamente as suas áreas de atuação e fortaleceu a sua capacidade técnica, respondendo com soluções integradas, sustentáveis e inovadoras aos desafios de um setor em permanente transformação.

A estratégia da Painhas, S.A. é orientada pelos princípios definidos no seu Compromisso de Sustentabilidade, documento estruturante que estabelece os eixos de atuação em matéria ambiental, social e de governação (ESG). Este compromisso assenta nos pilares Pessoas, Planeta e Propósito & Ética, os quais orientam o desenvolvimento das atividades, a inovação e a criação de valor partilhado com as partes interessadas, promovendo a valorização dos trabalhadores, a minimização dos impactos ambientais e a adoção de práticas de gestão éticas, transparentes e responsáveis.

A definição estratégica encontra-se articulada com os resultados da Avaliação de Dupla Materialidade (IRO-1), assegurando que os impactos, riscos e oportunidades materiais identificados são considerados no planeamento estratégico e na alocação de recursos. Deste modo, a sustentabilidade não é tratada como um elemento autónomo, mas integrada no modelo de negócio e nos processos de decisão.

A Painhas, S.A. tem desempenhado um papel relevante na Transição Energética, participando na construção, modernização e manutenção de infraestruturas elétricas que permitem a integração de energias renováveis, a eletrificação da economia e a descarbonização do sistema energético. A empresa atua igualmente nas áreas de Telecomunicações, Instalações Elétricas Industriais e Construção Civil especializada, assegurando soluções globais de engenharia e manutenção que contribuem para a digitalização das redes, a modernização de infraestruturas críticas e o reforço da resiliência energética.

O modelo de negócio da Painhas assenta na prestação de serviços técnicos especializados a clientes institucionais e empresariais dos setores da energia, telecomunicações e construção, incluindo operadores de redes elétricas, entidades públicas e grandes grupos industriais. As relações estabelecem-se com base na confiança, competência técnica, conformidade normativa e compromisso ambiental, refletindo a posição da empresa como parceiro estratégico na modernização das infraestruturas e no apoio à transição energética.

No âmbito da cadeia de valor, a Painhas, S.A. reconhece a importância da articulação com fornecedores, prestadores de serviços, consorciados e parceiros de negócio, incorporando critérios de qualificação, requisitos contratuais e mecanismos de avaliação que incluem dimensões de qualidade, segurança,

conformidade legal e sustentabilidade. Esta abordagem contribui para a mitigação de riscos na cadeia de abastecimento e para a promoção de práticas responsáveis ao longo das operações.

A nível geográfico, a empresa concentra a maior parte das suas operações em Portugal, mantendo atividade contínua em França, Reino Unido, Espanha e África, refletindo a sua capacidade de adaptação a diferentes enquadramentos técnicos, regulatórios e ambientais.

A estratégia da Painhas, S.A. é acompanhada periodicamente pelo Conselho de Administração, com o apoio do Comité de Sustentabilidade, assegurando a monitorização dos objetivos estratégicos e a integração contínua dos fatores ESG no desenvolvimento do negócio.

SBM-2 – Interesses e Pontos de Vista das Partes Interessadas

A Painhas, S.A. reconhece que a sustentabilidade das suas operações depende do diálogo contínuo, estruturado e transparente com as suas partes interessadas, assegurando que as suas expectativas, preocupações e contributos são considerados na definição da estratégia, do modelo de negócio e das políticas de gestão.

O envolvimento das partes interessadas integra o processo de devida diligência descrito no ponto GOV-4 e constitui um elemento fundamental da Avaliação de Dupla Materialidade (IRO-1), contribuindo para a identificação e priorização dos impactos, riscos e oportunidades materiais.

Os resultados deste envolvimento são analisados pela Direção de Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade (SGI) e pelo Comité de Sustentabilidade, sendo posteriormente comunicados à Administração, assegurando a integração das expectativas identificadas na estratégia empresarial e nos planos de ação anuais.

O processo de identificação e avaliação da significância das partes interessadas encontra-se definido na Instrução de Trabalho IT154 – Identificação e Avaliação da Significância das Partes Interessadas, estando documentado no modelo interno aplicável. Este processo considera a escala, natureza e geografia das atividades da empresa, abrangendo partes interessadas internas e externas, sendo revisto anualmente no âmbito da Revisão pela Gestão ou sempre que ocorram alterações relevantes no contexto organizacional.

A relevância das partes interessadas é avaliada com base nos critérios de responsabilidade, influência e dependência, numa escala de 1 (residual) a 4 (elevado), sendo consideradas significativas aquelas cuja média ponderada seja superior a 2,5. Este enquadramento metodológico assegura consistência na priorização e alinhamento com os temas materiais identificados.

PARTES INTERESSADAS	
TRABALHADORES	Propósito do Envolvimento: - Promover um ambiente de trabalho seguro, saudável, motivador e sustentável; - Recolher perceções e sugestões de melhoria; - Reforçar a comunicação e o sentimento de pertença; - Aumentar a retenção e atração de trabalhadores.
	Mecanismos de Envolvimento: - Reuniões de equipa; - Questionários de Satisfação / Consulta aos Trabalhadores; - Ações de formação e sensibilização; - Comunicação interna (murais, intranet, newsletters); - Eventos.
	Principais Resultados do Envolvimento: - Revisão da Política Empresarial; - Reforço da cultura de segurança; - Desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais; - Plano de Ações; - Prevenção de Acidentes ou Incidentes.
ACIONISTAS	Propósito do Envolvimento: - Assegurar a transparência e a monitorização dos resultados económicos e ESG; - Alinhar decisões estratégicas com a sustentabilidade.
	Mecanismos de Envolvimento: - Reuniões; - Relatórios mensais; - Revisão pela Gestão; - Demonstração de Sustentabilidade.
	Principais Resultados do Envolvimento: - Integração de métricas ESG no planeamento estratégico; - Monitorização contínua dos indicadores de sustentabilidade.
CLIENTES	Propósito do Envolvimento: - Compreender necessidades e expectativas; - Garantir a satisfação e a continuidade das relações comerciais; - Antecipar exigências técnicas e ambientais.
	Mecanismos de Envolvimento: - Contrato; - Plataformas de Clientes;

	- Reuniões técnicas e comerciais; - Auditorias e visitas a obra; - Inquéritos de satisfação; - Relatórios de desempenho.
	Principais Resultados do Envolvimento: - Melhoria contínua dos serviços; - Inovação nas soluções; - Reforço da confiança dos clientes.
PRESTADORES DE SERVIÇOS	Propósito do Envolvimento: - Assegurar conformidade legal, qualidade e sustentabilidade na cadeia de valor.
	Mecanismos de Envolvimento: - Reuniões comerciais / de acompanhamento; - Processo de Qualificação e Avaliação Anual; - Caderno de Encargos; - Contrato / Cláusulas contratuais de sustentabilidade; - Auditorias.
	Principais Resultados do Envolvimento: - Adoção de critérios de sustentabilidade e segurança; - Reforço da rastreabilidade e conformidade dos serviços fornecidos.
BANCA E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	Propósito do Envolvimento: - Assegurar a sustentabilidade económica e financeira da empresa; - Reforçar a confiança e a transparência nas relações financeiras.
	Mecanismos de Envolvimento: - Reuniões periódicas; - Prestação de informação financeira e ESG; - Resposta a pedidos de verificação e reporte.
	Principais Resultados do Envolvimento: - Acesso facilitado a instrumentos de apoio; - Reforço da credibilidade financeira; - Integração de critérios ESG na relação com entidades financeiras.
CONSORCIADOS / PARCEIROS DE NEGÓCIO	Propósito do Envolvimento: - Garantir a coordenação eficiente em empreitadas e projetos conjuntos; - Assegurar alinhamento técnico, ético e ambiental.
	Mecanismos de Envolvimento: - Reuniões de planeamento e acompanhamento de obra; - Partilha de procedimentos e boas práticas; - Auditorias conjuntas.

	Principais Resultados do Envolvimento: - Melhoria da coordenação operacional; - Alinhamento em matéria de segurança, ambiente e qualidade; - Cumprimento rigoroso dos prazos e compromissos contratuais.
--	---

O diálogo contínuo com as partes interessadas permite à Painhas, S.A. antecipar riscos e oportunidades, reforçar a legitimidade da sua atuação e ajustar a sua estratégia de sustentabilidade às expectativas identificadas.

As conclusões deste processo são integradas nos planos de ação anuais e comunicadas à Administração, através do Comité de Sustentabilidade e da Revisão pela Gestão, assegurando um ciclo permanente de melhoria e alinhamento com os compromissos ESG assumidos pela organização.

SBM-3 Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

Os temas materiais da Painhas, S.A. foram identificados através do processo de Avaliação de Dupla Materialidade, definido na *Instrução de Trabalho IT155* e descrito detalhadamente no ponto IRO-1.

AMBIENTE		
Tema Material	Natureza da Materialidade	Aspetos-Chave (Impactos / Riscos / Oportunidades)
E1 – Alterações Climáticas	Impacto e Financeira	Mitigação das Alterações Climáticas <u>Impacto</u> – Emissões de gases com efeito de estufa associadas ao transporte e aos equipamentos de obra. Adaptação às Alterações Climáticas <u>Oportunidade</u> – Novas obras associadas à transição energética – instalação de painéis solares, carregadores elétricos, etc.
E5 – Economia Circular	Impacto	Resíduos <u>Impacto</u> – Valorização de resíduos de construção e demolição (RCD) e otimização do uso de recursos.
SOCIAL		
Tema Material	Natureza da Materialidade	Aspetos-Chave (Impactos / Riscos / Oportunidades)

S1 – Mão de Obra Interna	Impacto	Saúde e Segurança <u>Impacto</u> – Implementação de programas que visam a garantia das condições de segurança e saúde, garantindo formação adequada. Equilíbrio entre a Vida Profissional e a Vida Privada <u>Impacto</u> – Efeitos na vida pessoal devido às exigências laborais associadas a deslocações frequentes, regimes de trabalho em formato de piquete e, isenção de horário...). Diálogo Social <u>Impacto</u> – Envolvimento dos trabalhadores decorrentes de uma cultura empresarial que promove o diálogo entre diferentes níveis hierárquicos. Salários Adequados <u>Impacto</u> – Motivação e satisfação dos trabalhadores associado à existência de mecanismos formais de Avaliação de Desempenho, incluindo prémios e ao pagamento consistente de acordo com os prazos. Igualdade de Género e Igualdade de Remuneração por Trabalho Igual Valor <u>Impacto</u> – Promovemos oportunidades no acesso ao emprego e progressão na carreira independentemente do género e etnia.
GOVERNAÇÃO		
Tema Material	Natureza da Materialidade	Aspetos-Chave (Impactos / Riscos / Oportunidades)
G1 – Conduta Empresarial	Impacto e Financeira	Atuação Ética e Transparente <u>Impacto</u> – Existência de uma cultura ética e transparente para com todas as partes interessadas. Relação de Parceria com Fornecedores <u>Impacto</u> – Gestão de fornecedores, potenciando uma relação benéfica para ambas as partes, incluindo práticas de pagamento. Custos associados à indisponibilidade de fornecedores essenciais de serviços <u>Risco</u> - A interrupção ou indisponibilidade de fornecedores essenciais poderá gerar impactos operacionais e financeiros, provocados pelo aumento de custos e atrasos na prestação de serviços, comprometendo a resiliência da organização.

IRO-1 Descrição do Processo de Identificação e Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais

O processo de Avaliação de Dupla Materialidade, definido na IT155, constitui a metodologia adotada pela Painhas, S.A. para identificar, avaliar e priorizar os seus impactos, riscos e oportunidades materiais (IRO).

Este processo assegura a conformidade com a Diretiva (UE) 2022/2464 (CSRD) e com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), constituindo a base metodológica para a definição dos temas de sustentabilidade desenvolvidos na presente Demonstração e para a sua integração no modelo de negócio e na estratégia empresarial.

A Avaliação de Dupla Materialidade é coordenada pela Direção de Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade (SGI), com a participação das principais Direções operacionais e de suporte, garantindo uma abordagem transversal e alinhada com a realidade operacional da organização.

A validação dos resultados é assegurada pelo Comité de Sustentabilidade e pela Administração, garantindo a integração dos temas materiais na estratégia empresarial, na gestão de riscos e nos planos de ação ESG.

O processo segue uma abordagem sequencial, composta por quatro fases principais:

1. Identificação de Temas Relevantes

Baseada nas ESRS, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e nos referenciais normativos e certificações ISO (9001, 14001, 45001, 27001 e 22301), complementada com requisitos legais, contratuais e setoriais aplicáveis à atividade da empresa.

2. Envolvimento das Partes Interessadas

Os resultados da consulta às partes interessadas, realizada conforme a IT155, são incorporados na Avaliação de Dupla Materialidade, assegurando que as expectativas e preocupações identificadas contribuem para a priorização dos temas relevantes.

No âmbito desta consulta, foram consideradas diversas partes interessadas, garantindo uma visão abrangente e representativa da organização e da sua cadeia de valor. No total, foram obtidas **298 respostas**, distribuídas da seguinte forma:

- **Trabalhadores da Painhas, S.A.: 275 respostas**
- **Fornecedores / Prestadores de Serviços: 15 respostas**
- **Clientes: 3 respostas**

- **Parceiros de Negócio:** 3 respostas
- **Acionistas:** 2 respostas
- **Outros:** 0 respostas

Verifica-se uma predominância significativa da participação de trabalhadores, refletindo o elevado envolvimento interno nas matérias de sustentabilidade, sem prejuízo da integração de contributos de outras partes interessadas relevantes.

3. Avaliação da Materialidade de Impacto e Financeira

- **Materialidade de Impacto:** pondera a escala, extensão, probabilidade e irremediabilidade dos impactos reais e potenciais das atividades da empresa sobre o ambiente e a sociedade.
- **Materialidade Financeira:** avalia a probabilidade e magnitude dos efeitos económicos associados aos temas identificados, incluindo impactos no desempenho financeiro, custos operacionais, riscos reputacionais ou oportunidades de mercado.

Cada tema é pontuado segundo uma grelha interna que combina critérios quantitativos e qualitativos, assegurando consistência metodológica e rastreabilidade da avaliação.

4. Determinação e Validação dos Temas Materiais

Os temas que atingem pontuação igual ou superior a 20 pontos são considerados materiais. A lista final é validada pelo Comité de Sustentabilidade e aprovada pela Administração, sendo posteriormente integrada nos planos estratégicos, no sistema de gestão de riscos e no relato de sustentabilidade.

A análise baseia-se em informação proveniente de:

- **Fontes Internas:** relatórios de desempenho, auditorias internas, resultados de segurança e ambiente, revisões pela gestão e indicadores ESG;
- **Fontes Externas:** enquadramento legal, requisitos de clientes, tendências do setor da energia e construção e referências europeias (CSRD, Taxonomia e ODS).

A Avaliação de Dupla Materialidade é revisitada periodicamente no âmbito da Revisão pela Gestão, ou revista sempre que ocorram alterações significativas na estrutura, mercados ou contexto regulatório da empresa.

As conclusões são comunicadas à Administração, servindo de base à atualização dos planos de ação ESG e à preparação das futuras Demonstrações de Sustentabilidade.

IRO-2 Requisitos de Divulgação constantes das ESRS abrangidas pela Demonstração de Sustentabilidade

A tabela apresentada de seguida inclui os pontos de dados decorrentes de legislação da União Europeia, conforme enumerado na ESRS 2 – Apêndice B, indicando onde os mesmos podem ser encontrados na presente Demonstração de Sustentabilidade e assinalando se são Não Materiais (NM) ou Não Divulgados (ND).

Requisito de Divulgação	Ponto de Dados		Legislação*				Página
			SFDR	Pilar 3	Regulamento Índice de Referência	Lei Europeia em Matéria de Clima	
ESRS 2 GOV-1	21 (d)	Diversidade de Género nos Conselhos de Administração	✓		✓		5-7
ESRS 2 GOV-1	21 (e)	Percentagem de Membros do Conselho de Administração que são Independentes			✓		5-7
ESRS 2 GOV-4	30	Declaração sobre o Dever de Diligência	✓				10-11
ESRS 2 SBM-1	40 (d) i	Participação em atividades relacionadas com os Combustíveis Fósseis	✓	✓	✓		NM
ESRS 2 SBM-1	40 (d) ii	Participação em atividades relacionadas com a produção de Produtos Químicos	✓		✓		NM
ESRS 2 SBM-1	40 (d) iii	Participação em atividades relacionadas com Armas controversas	✓		✓		NM
ESRS 2 SBM-1	40 (d) iv	Participação em atividades relacionadas com o cultivo e produção de Tabaco			✓		NM
ESRS E1-1	14	Plano de Transição para atingir a Neutralidade Climática até 2050				✓	26-27
ESRS E1-1	16 (g)	Empresas excluídas dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris		✓	✓		26-27
ESRS E1-4	34	Metas de redução das emissões de GEE	✓	✓	✓		32
ESRS E1-5	38	Consumo de energia de origem fóssil desagregadas por fontes (somente setores com grande impacto climático)	✓				33-34
ESRS E1-5	40 – 43	Intensidade energética associada a atividades em setores com elevado impacto climático	✓				34
ESRS E1-6	44	Emissões brutas de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	✓	✓	✓		35-36
ESRS E1-6	53 – 55	Intensidade das emissões brutas de GEE	✓	✓	✓		36
ESRS E1-7	56	Remoções de GEE e créditos de carbono				✓	37
ESRS E1-9	66	Exposição da carteira do índice de referência a riscos físicos relacionados com o clima			✓		ND
ESRS E1-9	66 (a)	Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico		✓			ND

ESRS E1-9	66 (c)	Localização de ativos significativos em risco físico material		✓			ND
ESRS E1-9	67 (c)	Repartição do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários em termos de eficiência energética		✓			ND
ESRS E1-9	69	Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima			✓		ND
ESRS E2-4	28	Quantidade de cada poluente enumerado no anexo II do Regulamento RETP (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes) emitida para o ar, a água e o solo	✓				NM
ESRS E3-1	9	Recursos hídricos e marinhos	✓				NM
ESRS E3-1	13	Política específica	✓				NM
ESRS E3-1	14	Oceanos e mares sustentáveis	✓				NM
ESRS E3-4	28 (c)	Total de água reciclada e reutilizada	✓				NM
ESRS E3-4	29	Consumo total de água em m³ por rédito líquido das próprias operações	✓				NM
ESRS 2 SBM-3 – E4	16 (a) i	Áreas de Biodiversidade sensível	✓				NM
ESRS 2 SBM-3 – E4	16 (b)	Impacto nos solos	✓				NM
ESRS 2 SBM-3 – E4	16 (c)	Espécies ameaçadas	✓				NM
ESRS E4-2	24 (b)	Práticas ou políticas fundiárias/agrícolas sustentáveis	✓				NM
ESRS E4-2	24 (c)	Práticas ou políticas oceânicas/marítimas sustentáveis	✓				NM
ESRS E4-2	24 (d)	Políticas para combater a desflorestação	✓				NM
ESRS E5-5	37 (d)	Resíduos não reciclados	✓				44
ESRS E5-5	39	Resíduos perigosos e resíduos radioativos	✓				44
ESRS 2 SBM-3 – S1	14 (f)	Risco de incidentes decorrentes de trabalho forçado	✓				48-50
ESRS 2 SBM-3 – S1	14 (g)	Risco de utilização de trabalho infantil	✓				48-50
ESRS S1-1	20	Compromissos em matéria de política de direitos humanos	✓				48-50
ESRS S1-1	21	Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho			✓		48-50
ESRS S1-1	22	Prevenção do tráfico de Seres Humanos	✓				48-50
ESRS S1-1	23	Política de prevenção de acidentes de trabalho ou sistema de gestão de acidentes de trabalho	✓				48-50

ESRS S1-3	32 (c)	Mecanismos de tratamento de reclamações/ queixas	✓				52-53
ESRS S1-14	88 (b), (c)	Número de vítimas mortais e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho	✓		✓		60
ESRS S1-14	88 (e)	Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, morte ou doença	✓				61
ESRS S1-16	97 (a)	Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas	✓		✓		63-64
ESRS S1-16	97 (b)	Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO)	✓				63-64
ESRS S1-17	103 (a)	Incidentes de Discriminação	✓				64
ESRS S1-17	104 (a)	Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE	✓		✓		64
ESRS 2 SBM-3 – S2	11 (b)	Risco significativo de trabalho infantil ou de trabalho forçado na cadeia de valor	✓				NM
ESRS S2-1	17	Compromissos em matéria de política de direitos humanos	✓				NM
ESRS S2-1	18	Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor	✓				NM
ESRS S2-1	19	Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE	✓		✓		NM
ESRS S2-1	19	Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho			✓		NM
ESRS S2-4	36	Questões e incidentes em matéria de direitos humanos relacionados com a sua cadeia de valor a montante e a jusante	✓				NM
ESRS S3-1	16	Compromissos em matéria de direitos humanos	✓				NM
ESRS S3-1	17	Sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT ou das diretrizes da OCDE	✓		✓		NM
ESRS S3-4	36	Questões e incidentes em matéria de direitos humanos	✓				NM
ESRS S4-1	16	Políticas relativas aos consumidores e utilizadores finais	✓				NM
ESRS S4-1	17	Sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE	✓		✓		NM
ESRS S4-4	35	Questões e incidentes em matéria de direitos humanos	✓				NM
ESRS G1-1	10 (b)	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção	✓				66-67
ESRS G1-1	10(d)	Proteção de Denunciantes	✓				66-67
ESRS G1-4	24 (a)	Coimas por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno	✓		✓		NM

ESRS G1-4	24 (b)	Normas contra a corrupção e o suborno	✓				NM
-----------	--------	---------------------------------------	---	--	--	--	----

Legenda: NM: Não Material | ND: Não Divulgado – Aplicação Progressiva

***Legislação:**

SFDR: Regulamento sobre Divulgação de Informações sobre Sustentabilidade dos Serviços Financeiros-Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros (JO L 317 de 9.12.2019, p. 1).

Pilar 3: Regulamento (UE) n.o 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativo aos requisitos prudenciais das instituições de crédito e que altera o Regulamento (UE) n.o 648/2012 (Regulamento Requisitos de Fundos Próprios) (JO L 176 de 27.6.2013, p. 1).

Regulamento Índices de Referência: Regulamento (UE, Euratom) n.o 2016/1011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2016, relativo aos índices utilizados como índices de referência no quadro de instrumentos e contratos financeiros ou para aferir o desempenho de fundos de investimento e que altera as Diretivas 2008/48/CE e 2014/17/UE e o Regulamento (UE) n.o 596/2014 (JO L 171 de 29.6.2016, p. 1).

Lei Europeia em matéria de Clima: Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.o 401/2009 e (UE) 2018/1999 (JO L 243 de 9.7.2021, p. 1).

ESRS – E1 Alterações Climáticas

O tema das Alterações Climáticas assume particular relevância para a Painhas, S.A., dada a natureza das atividades que desenvolve no âmbito da engenharia eletrotécnica, bem como na construção e manutenção de infraestruturas elétricas, energéticas e de telecomunicações.

A empresa atua majoritariamente na execução e modernização de redes de distribuição e transporte de energia, subestações, linhas aéreas e subterrâneas, instalações elétricas industriais e infraestruturas associadas à mobilidade elétrica, atividades diretamente influenciadas pelas condições climáticas e pela crescente exigência de descarbonização.

A Painhas contribui para a transição energética nacional através da concretização de projetos essenciais para a integração de energias renováveis, da instalação de infraestruturas de carregamento elétrico, da modernização de redes elétricas e do reforço da sua resiliência face às necessidades futuras do sistema energético.

Este contributo é materializado através da execução técnica de soluções de engenharia que são determinantes para o cumprimento das metas europeias de neutralidade carbónica até 2050.

Simultaneamente, a empresa reconhece que as suas operações geram impactos ambientais, nomeadamente emissões de gases com efeito de estufa (GEE) associadas ao uso de viaturas, deslocações operacionais e equipamentos de obra, bem como consumos energéticos relevantes.

Reconhece também a existência de riscos climáticos físicos (como fenómenos meteorológicos extremos) e riscos de transição decorrentes de alterações regulatórias, requisitos dos operadores de rede e possíveis aumentos de custos energéticos.

Este enquadramento torna o tema das Alterações Climáticas material e prioritário para a Painhas, orientando a implementação de medidas de eficiência energética, de redução de emissões e de reforço da resiliência operacional.

Os Impactos, Riscos e Oportunidades (IROs), materiais associados ao tema ESRS E1 – Alterações Climáticas, identificados através do exercício de Avaliação de Dupla Materialidade, são apresentados no quadro seguinte.

Descrição	Impacto / Risco / Oportunidade	Cadeia de Valor			Horizonte Temporal		
		Montante	Operações Próprias	Jusante	Curto- Prazo	Médio- Prazo	Longo- Prazo

Mitigação Alterações Climáticas							
Emissões GEE das atividades da empresa, provenientes do transporte e equipamentos utilizados em obra contribuem para as alterações climáticas, nomeadamente eventos adversos.	Impacto Negativo (I-)		✓				
Adaptação às Alterações Climáticas							
Novas obras associadas à transição energética (carregadores elétricos, instalação de painéis em empresas/habitações).	Oportunidade (O)			✓		✓	✓

EI – 1 – Plano de Transição para a atenuação das Alterações Climáticas

A Painhas, S.A. reconhece a relevância estratégica da mitigação das alterações climáticas e a necessidade de alinhar as suas operações com os objetivos europeus de neutralidade carbónica até 2050, bem como com o compromisso internacional de limitação do aquecimento global a 1,5°C, estabelecido no Acordo de Paris. Embora a empresa ainda não disponha, no presente exercício, de um Plano de Transição Climática formalmente estruturado, iniciou em 2025 o cálculo da sua Pegada de Carbono, abrangendo os Âmbitos 1, 2 e 3, constituindo esta a base para a definição das metas e ações de descarbonização a implementar nos próximos anos.

Os resultados preliminares deste trabalho permitiram identificar as principais fontes emissoras associadas às operações da empresa, nomeadamente o consumo de combustível da frota e dos equipamentos de obra, bem como os consumos energéticos das suas instalações. A partir desta avaliação, a Painhas encontra-se a definir os impulsionadores da sua futura trajetória de descarbonização, que incluirão a progressiva renovação da frota para soluções de menor intensidade carbónica, a otimização das deslocações operacionais, a adoção de equipamentos mais eficientes e a implementação de medidas de eficiência energética nos edifícios administrativos e operacionais.

A transição climática envolve igualmente a cadeia de valor jusante, dado que a atividade da Painhas contribui para a descarbonização do sistema energético nacional através da execução de infraestruturas essenciais, tais como redes elétricas para integração de energias renováveis, reforço e modernização de Linhas e Subestações e Instalação de Infraestruturas de Carregamento Elétrico. Estes projetos

constituem oportunidades relevantes para reduzir emissões no setor energético e posicionam a empresa como um agente facilitador da transição energética.

A empresa reconhece ainda a existência de potenciais emissões “bloqueadas” associadas aos seus ativos operacionais, especialmente viaturas e equipamentos de obra dependentes de combustíveis fósseis. Estas emissões poderão condicionar o ritmo de descarbonização futura e aumentar o risco de transição, pelo que a Painhas está a avaliar alternativas tecnológicas e operacionais que permitam reduzir progressivamente a intensidade carbónica destes ativos, garantindo a sua compatibilidade com as metas de redução de emissões que serão estabelecidas.

A Painhas, S.A. tem conhecimento e está a par da crise climática e compromete-se a alinhar-se com as metas quantitativas do Acordo de Paris e para isso calculou as emissões de GEE. Atualmente a empresa não possui nenhum plano, no entanto é assumido um compromisso com a transição.

E1 SMB – 3 – Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

No âmbito da Avaliação de Dupla Materialidade, a Painhas, S.A. analisou os impactos, riscos e oportunidades associados ao tema das Alterações Climáticas, avaliando tanto os efeitos da atividade da empresa sobre o clima como os efeitos das alterações climáticas sobre a organização. Este processo permitiu identificar impactos negativos, relacionados principalmente com as emissões diretas de gases com efeito de estufa e com o consumo energético das operações, bem como oportunidades decorrentes da execução de projetos essenciais à transição energética.

Foram igualmente identificados riscos climáticos físicos, associados a fenómenos meteorológicos extremos que podem afetar a execução das obras, a disponibilidade de recursos e a segurança operacional, e riscos climáticos de transição, relacionados com a evolução das exigências regulamentares, com a necessidade de adaptação tecnológica e com potenciais aumentos de custos operacionais.

A análise focou-se sobretudo no curto e médio prazo, privilegiando as atividades associadas às operações próprias, dado que estas são as que apresentam maior disponibilidade de dados e maior capacidade de controlo por parte da empresa. A Painhas reconhece que atualmente dispõe de informação limitada sobre os potenciais riscos climáticos relevantes na cadeia de valor, especialmente os que podem afetar fornecedores críticos, disponibilidade de materiais ou requisitos dos clientes. Em resposta a esta limitação, a empresa encontra-se a desenvolver mecanismos de recolha e monitorização de informação adicional, com vista ao reforço da avaliação de riscos climáticos indiretos nos próximos ciclos de reporte.

Os IRO materiais identificados influenciam diretamente a estratégia da empresa, orientando a definição de prioridades nas áreas de eficiência energética, redução de emissões, otimização de recursos e reforço da resiliência operacional. A integração destes elementos no processo de planeamento estratégico permite alinhar as atividades da Painhas com as metas nacionais e europeias de neutralidade carbónica e com as necessidades emergentes do setor energético.

E1-IRO-1 – Descrição dos Processos para Identificar e Avaliar os Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais Relacionados com o Clima

O processo de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com o clima segue os princípios gerais definidos na metodologia de Avaliação de Dupla Materialidade apresentada no capítulo ESRS 2 – Divulgações Gerais.

O processo iniciou-se com a identificação preliminar de potenciais IROs climáticos, considerando:

- a natureza das atividades da empresa no setor das infraestruturas elétricas;
- orientações das ESRS, regulamentos europeus e legislação nacional aplicável;
- requisitos e expectativas dos clientes do setor energético;
- tendências de transição energética e riscos físicos associados às condições climáticas.

Esta análise interna foi complementada pelo envolvimento de partes interessadas internas e externas, cujos contributos permitiram validar e priorizar os aspetos considerados mais relevantes para o tema E1.

A avaliação dos impactos considerou a escala, extensão e irremediabilidade dos potenciais efeitos das operações da empresa sobre o clima, em particular as emissões diretas e indiretas de GEE. Para os riscos, analisaram-se separadamente os riscos físicos (fenómenos meteorológicos extremos, alterações sazonais, interrupções operacionais) e os riscos de transição (alterações regulatórias, exigências de clientes, custos energéticos, evolução tecnológica), avaliando-se a sua probabilidade e gravidade. No caso das oportunidades, avaliou-se a capacidade da empresa em gerar valor através da execução de projetos associados à descarbonização, eletrificação e expansão da energia renovável.

Esta análise focou-se no curto e médio prazo, refletindo a disponibilidade atual de dados e a natureza operacional das atividades da empresa. A Painhas reconhece que a informação disponível sobre riscos climáticos na cadeia de valor ainda é limitada, pelo que se encontra a desenvolver processos adicionais para reforçar esta componente em exercícios futuros.

EI – 2 Políticas relacionadas com a Atenuação das Alterações Climáticas e a Adaptação às mesmas

A Painhas, S.A. dispõe de um conjunto de políticas integradas no seu Sistema de Gestão Integrado, certificado segundo as normas ISO 14001, ISO 45001, ISO 9001, ISO 27001 e ISO 22301, que orientam a sua atuação no domínio da mitigação das alterações climáticas, da adaptação a riscos climáticos e da promoção da eficiência energética. Estas políticas refletem o compromisso da empresa com a gestão ambiental responsável, a prevenção da poluição, a utilização sustentável dos recursos e a redução dos impactos ambientais decorrentes das suas atividades.

A Política Empresarial estabelece de forma explícita a obrigação da empresa de proteger o ambiente, prevenindo a poluição, reduzindo os impactes ambientais e promovendo o uso eficiente dos recursos energéticos, assegurando simultaneamente o cumprimento dos requisitos legais, normativos e contratuais aplicáveis. Esta política aplica-se a todas as operações próprias da Painhas, incluindo as atividades de obra e instalações administrativas, e é implementada por todas as Direções Operacionais, sob coordenação da Direção do Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade. A empresa assume também a responsabilidade de disponibilizar os meios necessários para cumprir estes compromissos, garantindo que a melhoria contínua ambiental integra a gestão diária dos seus processos.

A Política ESG, formalizada em 2024, reforça a importância de reduzir os impactos ambientais das operações e de promover a eficiência energética. Nesta política, a Painhas compromete-se a orientar a sua atuação para o progresso sustentável, a melhoria contínua dos processos, o controlo dos riscos ambientais e a adoção de práticas que contribuam para a minimização de emissões e para o uso racional da energia. A política destaca ainda a importância da economia circular, incentivando a redução, reutilização e reciclagem de resíduos e promovendo simultaneamente a consciencialização ambiental entre trabalhadores, fornecedores e parceiros. Os seus princípios aplicam-se às operações próprias e estendem-se à cadeia de valor sempre que relevante, nomeadamente através da definição de requisitos ambientais para fornecedores e subcontratados. A implementação está a cargo das Direções Operacionais e da Direção de SGI, com acompanhamento do Comité de Sustentabilidade.

O Compromisso de Sustentabilidade da empresa complementa estes documentos ao estabelecer orientações estratégicas que incluem a redução das emissões de gases com efeito de estufa, o reforço da eficiência energética, a valorização dos recursos, a promoção de energias renováveis e o contributo ativo para a transição energética. Este compromisso, aplicável a todas as geografias e áreas de atividade da Painhas, reforça igualmente a importância da adaptação às alterações climáticas, da gestão responsável dos recursos naturais e do desenvolvimento de soluções que aumentem a resiliência da organização perante riscos climáticos. A implementação é assegurada pela Administração, pela Direção

de SGI e Sustentabilidade e pelo Comité de Sustentabilidade, que monitoriza o desempenho e acompanha o desenvolvimento das ações necessárias ao progresso climático.

As políticas são disponibilizadas internamente através do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e comunicadas a todos os trabalhadores, sendo a sua implementação assegurada pela Direção de Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade (SGI) em articulação com as restantes Direções.

Ao longo de 2025, a Painhas atualizou as suas políticas, fortalecendo os princípios de sustentabilidade que orientam a empresa e assegurando o alinhamento com as obrigações regulatórias e com a sua estratégia de criação de valor sustentável.

Política	Conteúdos Principais	Âmbito	Responsável	Disponibilização
Política Empresarial	Proteção ambiental, prevenção da poluição, uso eficiente de recursos, cumprimento legal.	Operações Próprias Cadeia de Valor	Administração Direção SGI	Comunicação interna Website LinkedIn Servidor
Política ESG	Redução de impactos ambientais, eficiência energética, economia circular, sensibilização.	Operações Próprias Cadeia de Valor	Administração Direção SGI Comité de Sustentabilidade	Comunicação interna Website LinkedIn Servidor
Compromisso de Sustentabilidade	Orientação estratégica para mitigação climática, eficiência, renováveis.	Operações Próprias Cadeia de Valor	Administração Direção SGI	Comunicação interna Website Servidor

EI – 3 – Ações e Recursos relacionados com as Políticas em matéria de Alterações Climáticas

A Painhas, S.A. desenvolve um conjunto de ações orientadas para a mitigação das alterações climáticas e para a melhoria da eficiência energética das suas operações. Estas ações decorrem das políticas ambientais e da certificação ISO 14001, integrando-se no Sistema de Gestão Integrado (SGI) e sendo acompanhadas pela Direção de SGI e Sustentabilidade.

No âmbito da mitigação, destaca-se a quantificação e monitorização das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), que permite identificar as principais fontes emissoras associadas às operações,

deslocações e consumos energéticos. Esta monitorização constitui a base para a definição de ações de melhoria e para o acompanhamento do desempenho climático da empresa.

A empresa tem vindo a reforçar o investimento em soluções de energia renovável, nomeadamente através da instalação de painéis fotovoltaicos nas suas instalações em São Romão do Neiva, contribuindo para a redução do consumo de eletricidade da rede e, consequentemente, para a diminuição das emissões indiretas. No mesmo sentido, a empresa promove a aquisição de veículos elétricos e a instalação de postos de carregamento, reduzindo progressivamente a dependência de combustíveis fósseis na frota e nas deslocações operacionais.

A Painhas dinamiza também ações internas de sensibilização sobre eficiência energética e utilização responsável de recursos, incluindo a divulgação de cartazes, campanhas informativas e orientações para redução de consumos energéticos e de combustível. Estas ações apoiam o cumprimento das políticas ambientais e estimulam a adoção de comportamentos sustentáveis por parte dos trabalhadores.

No domínio da eficiência energética, a empresa implementa medidas de melhoria contínua identificadas na Auditoria Energética realizada ao abrigo do DL 68-A/2015, reforçando a gestão racional dos consumos e avaliando oportunidades de modernização tecnológica.

No que respeita à adaptação às alterações climáticas, a Painhas integra a monitorização das condições meteorológicas e a aplicação de medidas preventivas nos seus procedimentos operacionais, assegurando que os trabalhos decorrem com segurança perante fenómenos climáticos extremos e que os riscos operacionais associados ao clima são mitigados.

A implementação destas iniciativas é assegurada pelos recursos técnicos e humanos da Direção de SGI e Sustentabilidade e pelas equipas operacionais, que garantem a execução das medidas e a monitorização contínua dos seus resultados. A maioria destas ações encontra-se já adotada, estando previstas novas medidas de mitigação, adaptação e eficiência energética a serem desenvolvidas e implementadas progressivamente nos próximos anos, em função da evolução do desempenho energético e dos resultados da monitorização das emissões.

Descrição da Medida	Estado	Âmbito	Horizonte Temporal
Monitorização das Emissões de GEE	Adotada	Operações Próprias Cadeia de Valor	2025 – Contínuo
Instalação de Painéis Fotovoltaicos (170 Painéis – 79.05kV Pico) (Instalações São Romão do Neiva)	Adotada	Operações Próprias	2025

Substituição progressiva da frota automóvel por viaturas elétricas e bi-fuel (≈25 viaturas, no âmbito de renovação contratual de leasing)	Adotada	Operações Próprias	2025
Instalação de carregadores (10)	Adotada	Operações Próprias	2025
Ações internas de sensibilização energética (10 ações)	Adotada	Operações Próprias Cadeia de Valor	Anterior a 2025 – Contínuo

E1 – 4 – Metas relacionadas com a Atenuação das Alterações Climáticas e a Adaptação às mesmas

A Painhas, S.A. iniciou em 2025 o processo estruturado de quantificação das suas emissões de gases com efeito de estufa (GEE), abrangendo os Âmbitos 1 e 2 e, progressivamente, as categorias materialmente relevantes do Âmbito 3. Os dados relativos ao exercício de 2025 encontram-se consolidados à data de publicação da presente Demonstração de Sustentabilidade, constituindo o ano base para a definição futura de metas climáticas.

A empresa encontra-se atualmente em fase de definição das suas metas quantitativas de mitigação e adaptação climática, em alinhamento com os compromissos estabelecidos na sua Política Ambiental, na Política ESG e no Compromisso de Sustentabilidade. A formalização dessas metas ocorrerá até 2026, após análise técnica dos resultados apurados para 2025 e da identificação das principais fontes de emissão.

A definição das metas considerará a evolução prevista da atividade da empresa, incluindo a modernização da frota, a eficiência energética das operações, a integração de soluções de mobilidade elétrica, o desenvolvimento de projetos associados à transição energética e os impactos associados à cadeia de valor.

No atual estágio de maturidade, a Painhas ainda não adotou metas para a redução das emissões de GEE. Após a consolidação da linha de base de 2025 e a definição das principais trajetórias de redução, a organização irá estabelecer metas em conformidade com as diretrizes do Science Based Targets – SBTi. A eventual adoção dessas metodologias será divulgada em exercícios futuros.

De acordo com os requisitos do MDR-M, a futura definição das metas integrará pressupostos críticos associados a cenários regulatórios, tecnológicos e de mercado, garantindo que os objetivos estabelecidos sejam realistas, tecnicamente fundamentados e coerentes com a estratégia empresarial.

E1 – 5 – Consumo Energético e Combinação de Energia

A energia constitui um recurso essencial para o modelo de negócio da Painhas, S.A., cuja atividade desempenhada, correspondente ao CAE 43210 - Instalação elétrica, se insere em setores de elevado impacto climático, nos termos definidos pela ESRS E1.

O consumo energético da Painhas resulta essencialmente de três fontes:

- combustíveis fósseis utilizados na frota operacional e em equipamentos de obra;
- eletricidade consumida nas instalações administrativas, logísticas e operacionais;
- energia renovável produzida internamente, nomeadamente através dos painéis fotovoltaicos nas instalações de São Romão do Neiva.

Nos termos da ESRS E1-5, a Painhas divulga o consumo de energia discriminado por fontes renováveis e não renováveis, bem como a intensidade energética com base no rédito líquido das atividades classificadas como de elevado impacto climático. A empresa divulga igualmente a energia renovável gerada internamente, bem como a percentagem de eletricidade proveniente de fontes renováveis adquiridas à rede. A Painhas continuará a reforçar medidas de eficiência energética e a promover a redução da dependência de combustíveis fósseis, nomeadamente através da eletrificação progressiva da frota e da otimização de consumos operacionais.

Consumo de Energia nas Operações Próprias

Consumo de energia nas operações próprias	Unidade	2025
Consumo de combustível proveniente do carvão e dos produtos do carvão	MWh	0,00
Consumo de combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos	MWh	8 251,14
Consumo de combustível proveniente do gás natural	MWh	0,00
Consumo de combustível proveniente de outras fontes fósseis	MWh	0,00
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes fósseis	MWh	289,93
Consumo total de energia provenientes de fontes fósseis	MWh	8 541,07
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia	%	99,44
Consumo proveniente de fontes nucleares	MWh	0,00
Percentagem de consumo proveniente de fontes de energia nuclear no consumo total de energia	%	0,00
Consumo de combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa (incluindo também resíduos industriais e urbanos de origem biológica, biogás, hidrogénio renovável, etc.)	MWh	0,00
Consumo de eletricidade, calor, vapor e arrefecimento comprados ou adquiridos provenientes de fontes renováveis	MWh	0,00
Consumo de energia renovável não proveniente de combustíveis, gerada pelo próprio	MWh	48,33

Consumo total de energia provenientes de fontes renováveis	MWh	48,33
Porcentagem das fontes renováveis no consumo total de energia	%	0,56
Consumo anual de energia	MWh	8 589,40

Produção de Energia

Produção de energia	Unidade	2025
Produção de energia não renovável	MWh	0,00
Produção de energia renovável	MWh	70,92

Intensidade Energética

Intensidade energética com base no rédito líquido	Unidade	2025
Intensidade energética das atividades em setores de elevado impacto climático	MWh/K€	0,124
Rédito líquido de atividades provenientes de setores de elevado impacto climático	K€	69 079,04
Rédito líquido não inseridas em setores de elevado impacto climático	K€	6 020,23
Total de rédito líquido	K€	75 099,27

Metodologia de Cálculo:

O consumo de energia reportado delimita-se, exclusivamente, ao território nacional. A informação apresentada foi apurada com base em registos internos de consumo energético, faturas de fornecedores de energia e relatórios de abastecimento de combustíveis.

Os consumos de combustíveis (gasóleo e gasolina) foram convertidos para MWh com recurso a fatores de conversão energéticos reconhecidos internacionalmente, nomeadamente o National Inventory Document (NID) de 2025. O consumo de eletricidade corresponde aos valores constantes nas faturas dos fornecedores. A energia renovável gerada internamente foi determinada com base nos registos de produção do sistema fotovoltaico.

O consumo total de energia corresponde à soma da energia renovável e da energia não renovável.

A intensidade energética foi calculada em conformidade com a ESRS E1, com base no consumo total de energia e no rédito líquido das atividades classificadas como de elevado impacto climático, tendo sido excluídos os rendimentos obtidos a nível internacional, uma vez que a organização apenas dispõe dos dados de consumo de energia referentes ao território nacional, através da seguinte fórmula:

Intensidade Energética = Consumo Total de Energia (MWh) / Rédito Líquido das Atividades de Elevado Impacto Climático (€)

E1 – 6 – Emissões brutas de GEE do Âmbito 1, 2 e 3 e Emissões Totais de GEE

A Painhas, S.A. iniciou em 2021 um levantamento preliminar das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), com foco nos Âmbitos 1 e 2, utilizando metodologias exploratórias baseadas no GHG Protocol.

No âmbito da implementação da CSRD e das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), a empresa procedeu, durante 2025, à consolidação e harmonização das metodologias de cálculo, fatores de emissão e processos internos de recolha de dados, estabelecendo 2025 como ano base oficial para o reporte climático e para a definição futura de metas de descarbonização.

O inventário de emissões foi elaborado de acordo com os princípios do GHG Protocol, sendo todas as emissões reportadas em toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂eq).

Âmbito 1: Inclui as emissões diretas provenientes do consumo de combustíveis fósseis da frota operacional e administrativa, equipamentos de obra, gases fluorados e eventuais fontes estacionárias. Sempre que aplicável, são considerados os gases com efeito de estufa previstos no Protocolo de Quioto, convertidos em CO₂ equivalente.

Âmbito 2: Corresponde às emissões indiretas associadas ao consumo de eletricidade das instalações da empresa, reportadas segundo as metodologias location-based e/ou market-based em conformidade com a ESRS E1.

Âmbito 3: Inclui categorias materialmente relevantes da cadeia de valor, designadamente: Bens e serviços adquiridos; Bens de capital (capital goods); Transporte e distribuição a montante; Resíduos gerados nas operações; Deslocações de trabalhadores. A inclusão das categorias baseou-se na Avaliação de Dupla Materialidade descrita no ponto IRO-1.

Durante 2025, a empresa procedeu à recolha e consolidação dos dados energéticos e operacionais necessários ao cálculo do inventário de emissões.

Gases com Efeito de Estufa (GEE), tCO₂eq

Indicador	Unidade	2025
Emissões brutas de GEE Âmbito 1	tCO ₂ eq	2 113,51
Emissões brutas de GEE Âmbito 2, location-based	tCO ₂ eq	31,02
Emissões brutas de GEE Âmbito 2, market-based	tCO ₂ eq	41,05
Emissões brutas de GEE Âmbito 3	tCO ₂ eq	4 668,12
Categoria 1 - bens e serviços adquiridos	tCO ₂ eq	1 576,64

Categoria 2 - <i>capital goods</i>	tCO ₂ eq	427,09
Categoria 4 - transporte de bens a montante	tCO ₂ eq	2 570,61
Categoria 5 - resíduos gerados nas operações	tCO ₂ eq	5,24
Categoria 7 - deslocação trabalhador	tCO ₂ eq	88,55
Emissões Totais de GEE (location-based)	tCO ₂ eq	6 812,65
Emissões Totais de GEE (market-based)	tCO ₂ eq	6 822,68

Metodologia de Cálculo:

O inventário de emissões de gases com efeito de estufa foi elaborado em conformidade com os requisitos da ESRS E1, utilizando fatores de emissão reconhecidos internacionalmente e convertendo os diferentes gases com efeito de estufa em toneladas de dióxido de carbono equivalente (tCO₂eq).

O cálculo delimita-se à atividade em território nacional, não incluindo as restantes operações internacionais da organização.

As emissões do Âmbito 1 foram determinadas com base nos consumos reais de combustíveis fósseis.

As emissões do Âmbito 2 foram calculadas com base no consumo de eletricidade, sendo reportadas segundo as metodologias location-based e market-based.

As emissões do Âmbito 3 foram estimadas para as categorias consideradas materialmente relevantes, com base em dados operacionais e fatores de emissão secundários.

Intensidade das Emissões de GEE – Âmbitos 1, 2 e 3

Intensidade de emissões de GEE Âmbito 1, 2 e 3	Unidade	Ano
Intensidade das emissões de GEE, location-based	tCO ₂ eq/K€	0,0986
Intensidade das emissões de GEE, market-based	tCO ₂ eq/K€	0,0988
Rédito líquido para calcular a intensidade de GEE	K€	69 079,04
Rédito líquido não utilizado para calcular a intensidade de GEE	K€	6 020,23
Total rédito líquido	K€	75 099,27

Metodologia de Cálculo:

A intensidade das emissões de GEE foi calculada com base nas emissões brutas dos Âmbitos 1,2 e 3 e no rédito líquido das atividades nacionais, sendo correspondente ao enquadramento do cálculo realizado, em conformidade com a ESRS E1.

A intensidade foi apurada separadamente segundo as metodologias:

- Location-based, utilizando o fator médio da rede elétrica nacional;
- Market-based, com base nos fatores específicos do fornecedor de eletricidade, quando disponíveis.

O cálculo foi efetuado através da seguinte fórmula:

Intensidade de GEE = Emissões de GEE dos Âmbitos 1 + 2 + 3 (tCO₂eq) / Rédito Líquido das Atividades nacionais (K€)

E1 – 7 – Projetos de Remoção de GEE e de Mitigação dos GEE financiados através de Créditos de Carbono

A Painhas, S.A. não desenvolve atividades de remoção, captura ou armazenamento de gases com efeito de estufa (GEE), não possuindo operações que envolvam sumidouros naturais ou artificiais de carbono.

Da mesma forma, a empresa não recorre a créditos de carbono, nem utiliza mecanismos de compensação externa para reduzir ou neutralizar as suas emissões. Toda a informação climática reportada pela Painhas corresponde exclusivamente às emissões brutas associadas às suas operações e cadeia de valor, em conformidade com os requisitos definidos na ESRS E1 e com as orientações aplicáveis à definição de metas climáticas (E1-4).

A Painhas mantém assim uma política de total transparência no reporte climático, abstendo-se de empregar instrumentos de compensação e assegurando que o seu desempenho ambiental reflete apenas reduções efetivas e melhorias operacionais.

E1 – 8 – Fixação Interna do Preço de Carbono

A Painhas, S.A. não aplica regimes internos de fixação do preço de carbono. Durante o ano de 2025, a empresa não utilizou mecanismos de precificação interna das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), tais como taxas internas de carbono, preços sombra ou orçamentos de carbono associados à tomada de decisão.

O processo de gestão climática da empresa baseia-se na monitorização das emissões e na implementação de medidas operacionais de eficiência e redução, sem recorrer, até ao momento, a instrumentos económicos ou financeiros associados à atribuição de um valor monetário ao carbono.

E1 – 9 – Efeitos Financeiros previstos dos Riscos Materiais Físicos e de Transição e Potenciais Oportunidades relacionadas com o Clima

Em conformidade com o Apêndice C da ESRS 1 e com o Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 da Comissão Europeia, a Painhas, S.A. optou por não divulgar informações quantitativas sobre os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.

ESRS E5 Utilização dos Recursos e Economia Circular

E5 – IRO-1 Descrição dos Processos de Identificação e Avaliação dos Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais relacionados com a utilização dos Recursos e com a Economia Circular

A economia circular e a gestão eficiente de recursos constituem áreas de relevância para a Painhas, S.A., dada a produção de resíduos de construção e demolição (RCD) associada às suas atividades de obra. No âmbito da Avaliação de Dupla Materialidade realizada em 2025, a empresa identificou como tema material exclusivo a valorização de RCDs, classificada como Impacto Positivo Real, refletindo o contributo direto da empresa para a circularidade de materiais e para a redução de resíduos destinados a eliminação.

O processo de identificação deste impacto material seguiu a metodologia estabelecida na Instrução de Trabalho IT155 – Avaliação da Dupla Materialidade, que inclui:

- análise quantitativa dos resíduos gerados pelas operações,
- avaliação das práticas de triagem e valorização de resíduos,
- cumprimento dos requisitos legais aplicáveis (DL 102-D/2020),
- envolvimento das partes interessadas internas relevantes,
- aplicação dos critérios de escala, extensão e irremediabilidade para impactos reais,
- validação pelo Comité de Sustentabilidade e pela Administração.

Este processo permitiu concluir que a atuação da Painhas na valorização de resíduos de construção e demolição gera um impacto positivo significativo na cadeia de valor, contribuindo para a economia circular e para a redução do impacto ambiental das operações.

Descrição	Impacto / Risco / Oportunidade	Cadeia de Valor			Horizonte Temporal		
		Montante	Operações Próprias	Jusante	Curto- Prazo	Médio- Prazo	Longo- Prazo
<i>Saída de Recursos – Resíduos</i>							
Valorização de RCDs	Impacto Positivo (I+)	✓	✓				

E5-1 Políticas relacionadas com a utilização dos Recursos e a Economia Circular

A gestão eficiente de recursos e a promoção da economia circular estiveram enquadradas, em 2025, pelas políticas existentes no Sistema de Gestão Integrado da Painhas, S.A., em particular pela Política Empresarial e pelos procedimentos operacionais de gestão de resíduos, integrados no âmbito da certificação ISO 14001. Estes documentos estabeleceram os compromissos da empresa relativamente à utilização responsável de materiais, à redução de desperdícios e à valorização dos resíduos gerados nas operações, incluindo os resíduos de construção e demolição (RCD), identificados como tema material na Avaliação de Dupla Materialidade.

As políticas em vigor definem princípios aplicáveis às operações próprias, tais como:

- a prevenção da produção de resíduos sempre que possível;
- a promoção da reutilização e valorização de materiais;
- o cumprimento rigoroso da legislação ambiental aplicável;
- a separação, triagem e encaminhamento adequado dos RCD;
- a melhoria contínua do desempenho ambiental das obras e instalações.

A implementação destas políticas foi assegurada pela Direção de Sistema de Gestão Integrado e Sustentabilidade (SGI), em articulação com as áreas operacionais responsáveis pela execução dos trabalhos e pela gestão de resíduos no terreno. O cumprimento foi monitorizado através de auditorias internas, análise de indicadores ambientais e avaliações periódicas de fornecedores e prestadores de serviços de gestão de resíduos.

Política	Conteúdos Principais	Âmbito	Responsável	Disponibilização
Política Empresarial	Uso eficiente de recursos; cumprimento legal; prevenção de resíduos; valorização de RCD; melhoria contínua.	Operações Próprias Cadeia de Valor	Administração Direção SGI	Comunicação interna Website LinkedIn Servidor
Política ESG	Integração dos princípios ambientais, sociais e de governação na estratégia; gestão ambiental e eficiência energética; direitos humanos, saúde e segurança; ética, transparência e melhoria contínua do SGI.	Operações Próprias Cadeia de Valor	Administração Direção SGI	Comunicação interna Website LinkedIn Servidor

Procedimentos de Gestão de Resíduos	Separação, triagem, armazenamento, transporte e valorização de RCD; controlo documental; requisitos legais.	Operações Próprias Cadeia de Valor	Direção SGI Direções Operacionais	Documentação SGI Servidor
-------------------------------------	---	---------------------------------------	--------------------------------------	------------------------------

E5-2 – Ações e Recursos relacionados com a utilização dos Recursos e a Economia Circular

Em 2025, a Painhas, S.A. desenvolveu um conjunto de ações orientadas para a utilização eficiente de recursos e para a promoção da economia circular, com foco na valorização dos resíduos de construção e demolição (RCD), tema identificado como material na Avaliação de Dupla Materialidade. Estas ações foram enquadradas pelos procedimentos ambientais implementados no âmbito da certificação ISO 14001 e integraram-se no Sistema de Gestão Integrado da empresa.

Durante o ano, a empresa reforçou práticas de triagem e separação de resíduos em obra, promoveu iniciativas de reutilização de materiais e dinamizou ações de sensibilização para a redução do desperdício. A Painhas intensificou igualmente a colaboração com prestadores de serviços licenciados para garantir o encaminhamento adequado e a valorização de RCD, assegurando o cumprimento da legislação aplicável (DL 102-D/2020).

Para além das ações implementadas, a empresa planeou iniciativas adicionais para os ciclos de reporte seguintes, nomeadamente o reforço da monitorização das quantidades valorizadas e o aprofundamento de parcerias que promovam a reutilização e o reaproveitamento de materiais.

Descrição da Medida	Estado	Âmbito	Horizonte Temporal
Realização de 1802 campanhas de sensibilização ambiental, em 2025, que envolvem temas relacionados com a triagem e separação de RCD em obra e a reutilização e redução de desperdício	Adotada	Operações Próprias Prestadores de Gestão de Resíduos Prestadores de Serviços	Anterior a 2025 – Contínuo
Execução de 413 auditorias a prestadores de serviços que incluem critérios de gestão de resíduos	Adotada	Cadeia de Valor	Anterior a 2025 – Contínuo
Concurso interno “5R’s” (Redução, Reutilização, Reciclagem, Repensar, Recusar)	Adotada	Operações Próprias	Anterior a 2025 – Contínuo

Valorização de materiais reutilizáveis através da doação de 80 postes e 10 bobines a terceiros	Adotada	Operações Próprias Comunidades Locais	Anterior a 2025 – Contínuo
Parcerias com clientes	Adotada	Cadeia De Valor Parcerias Com Universidades, Associações Clientes	Anterior a 2025 – Contínuo
Campanhas internas de sensibilização para reutilização e redução de desperdício	Adotada	Operações Próprias Prestadores de Serviços	Anterior a 2025 – Contínuo
“Ecopontos de Obra”, distribuídos pelos armazéns, linhas e subestações, com separação mínima obrigatória	Adotada	Operações Próprias	Anterior a 2025 – Contínuo

E5-3 Metas relacionadas com a utilização dos Recursos e a Economia Circular

Em 2025, a Painhas, S.A. definiu um conjunto de métricas e um compromisso de formalização progressiva de metas quantitativas relacionadas com a utilização eficiente de recursos e a economia circular, alinhadas com o tema material identificado: Valorização de Resíduos de Construção e Demolição (RCD). A definição destas metas teve por base os resultados operacionais do ano de referência, os registos documentais do Sistema de Gestão Integrado (ISO 14001) e os requisitos legais aplicáveis à gestão de resíduos (DL 102-D/2020).

As métricas adotadas são métricas internas da Painhas e não foram sujeitas a validação externa, mas seguem metodologias definidas no SGI e baseiam-se em evidências provenientes de guias de transporte de resíduos, registos de operadores licenciados e relatórios de obra. As métricas apresentam limitações decorrentes da variabilidade das características das obras e da dependência de operadores externos para a valorização dos materiais.

Indicador / Métrica	Unidade	Ano Base 2024	2025	Meta 2026	Meta 2030
Auditorias realizadas a Fornecedores considerando critérios de gestão de resíduos	N.º / Ano	381	413	540	700
Número de iniciativas de economia circular realizadas no ano (exemplos:	Nº / Ano	2	2	2	4

Concurso interno “5R’s”, iniciativas em obra, etc)					
--	--	--	--	--	--

Metodologia de Cálculo:

Ações de auditoria Interna de Resíduos: Correspondem ao número de ações de verificação realizadas internamente às frentes de obra, com registo documental no SGI.

Iniciativas de Economia Circular: Corresponde ao número de iniciativas internas promovidas no período, incluindo o Concurso “5R’s”, iniciativas em obras, armazéns e outras, devidamente registadas e validadas pela Direção SGI.

E5-5 Saídas de Recursos

Em 2025, a Painhas, S.A. procedeu à identificação e análise das principais saídas de recursos decorrentes das suas atividades, predominantemente associadas à geração de resíduos provenientes de obras de construção, manutenção e instalação de infraestruturas elétricas e energéticas.

Os quadros seguintes detalham os resíduos gerados pela organização, destacando-se fluxos como equipamentos elétricos e eletrónicos, metais ferrosos e não ferrosos, solos, resíduos de construção e demolição (RCD), misturas betuminosas, madeiras, plásticos, papel e cartão. Estão também incluídos os resíduos urbanos, biodegradáveis e perigosos (como óleos, absorventes contaminados e lâmpadas com mercúrio). Em 2025, os componentes e equipamentos elétricos e eletrónicos assumiram maior relevância, representando cerca de 70% do total de resíduos gerados.

Em 2025 nenhum dos resíduos gerados pela Painhas S.A. foi encaminhado para operações de eliminação, sendo 100% encaminhado para operações de valorização.

Quantidade total resíduos produzidos	Unidade	2025
Peso total dos resíduos produzidos	ton	1 356,07

Resíduos desviados de eliminação (resíduos enviados para valorização)	Unidade	2025
Resíduos perigosos		
Peso total dos resíduos perigosos com preparação para reutilização	ton	0,00
Peso total dos resíduos perigosos para reciclagem	ton	0,00
Peso total dos resíduos perigosos para outras operações de valorização	ton	2,64
Peso total de resíduos perigosos enviados para valorização	ton	2,64
Resíduos não perigosos		
Peso total dos resíduos não perigosos com preparação para reutilização	ton	0,00
Peso total dos resíduos não perigosos para reciclagem	ton	22,78
Peso total dos resíduos não perigosos para outras operações de valorização	ton	1 330,65
Peso total de resíduos não perigosos enviados para valorização	ton	1 353,43

Resíduos perigosos e radioativos produzidos	Unidade	2025
Peso total de resíduos perigosos produzidos (não incluindo resíduos radioativos)	ton	0,00
Peso total dos resíduos radioativos produzidos	%	0,00

Resíduos não reciclados	Unidade	2025
Peso total de resíduos não reciclados	ton	1 333,29
Percentagem de resíduos não reciclados	%	98%

Metodologia de Cálculo:

Os dados apresentados baseiam-se exclusivamente nos registos oficiais de Portugal, tendo como principais fontes o MIRR e as e-GAR.

E5 – 6 Efeitos Financeiros previstos dos Riscos e Oportunidades Materiais decorrentes dos Impactos relacionados com a utilização dos Recursos e com a Economia Circular

Em conformidade com o Apêndice C da ESRS 1 e com o Regulamento Delegado (UE) 2025/1416 da Comissão Europeia, a Painhas, S.A. optou por não divulgar informações quantitativas sobre os efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas.

ESRS S1 – Própria Mão de Obra

Nesta secção serão analisadas as condições de trabalho dos trabalhadores da Painhas, S.A., bem como o compromisso assumido com a igualdade de tratamento e de oportunidades, pilares fundamentais da nossa política de gestão de pessoas.

A empresa promove um ambiente de trabalho seguro, saudável e digno, assegurando o cumprimento rigoroso da legislação laboral em vigor e das boas práticas aplicáveis em matéria de segurança e saúde no trabalho. São implementadas medidas preventivas adequadas aos diferentes contextos operacionais, garantido a proteção da integridade física e psicológica dos trabalhadores, bem como condições que favorecem o bem-estar, a motivação e a produtividade.

Paralelamente, a Painhas, S.A. assume um compromisso inequívoco com a igualdade, a não discriminação e a equidade, assegurando que todos os trabalhadores são tratados de forma justa, independentemente do género, idade, nacionalidade, origem étnica, religião, deficiência, orientação sexual, convicções políticas ou qualquer outra condição pessoal ou social. Este princípio aplica-se a todas as fases da relação laboral, incluindo recrutamento e seleção, integração, formação, progressão na carreira, avaliação de desempenho e acesso a benefícios.

A empresa promove ainda a igualdade de oportunidades, incentivando o desenvolvimento profissional contínuo, a valorização do mérito e a participação ativa dos trabalhadores. São fomentadas práticas de gestão inclusivas, que reconhecem a diversidade como um fator de enriquecimento organizacional e de criação de valor sustentável.

Desta forma, a Painhas, S.A. reafirma o seu compromisso com um modelo de gestão responsável, baseado no respeito pelos direitos humanos, na valorização das pessoas e na construção de um ambiente de trabalho inclusivo, justo e alinhado com os princípios da sustentabilidade social.

S1 SMB – 2 – Interesses e Pontos de Vista das Partes Interessadas

A Painhas, S.A. reconhece os seus trabalhadores como partes interessadas internas fundamentais, cujos interesses e pontos de vista são relevantes para a definição da estratégia, das políticas internas e das decisões de gestão relacionadas com matérias sociais.

A empresa considera como principais partes interessadas internas os seus trabalhadores, não existindo estruturas formais de representação dos trabalhadores. Ainda assim, a organização identifica e acompanha de forma contínua os principais interesses e expectativas dos trabalhadores, assegurando que estes são tidos em consideração no seu modelo de gestão, nomeadamente através de mecanismos de consulta e participação, como a realização de reuniões semestrais da Comissão de Segurança e Saúde e a promoção de diálogos diários de segurança em contexto operacional.

Os interesses identificados centram-se, de forma transversal, em aspetos como a segurança e saúde no trabalho, a estabilidade e qualidade do emprego, a igualdade de tratamento e de oportunidades, o desenvolvimento de competências, a valorização profissional e a existência de um ambiente de trabalho seguro, respeitador e alinhado com os princípios de bem-estar.

Estes interesses e pontos de vista são considerados nos processos de tomada de decisão da empresa, influenciando a definição e revisão de políticas internas, a organização do trabalho, a alocação de recursos e a priorização de investimentos, em particular nas áreas com maior impacto direto nos trabalhadores. A integração destes fatores permite alinhar os objetivos empresariais com as expectativas dos trabalhadores e reforçar a sustentabilidade social do modelo de negócio.

A Painhas, S.A. procede à análise regular da adequação das suas práticas face aos interesses identificados, garantindo que a estratégia e as decisões de gestão permanecem alinhadas com as necessidades dos trabalhadores e com a evolução do contexto organizacional e operacional.

Desta forma, a empresa demonstra que os interesses e pontos de vista dos trabalhadores são considerados de forma estruturada e integrada no seu modelo de gestão, contribuindo para uma abordagem responsável, equilibrada e orientada para a criação de valor sustentável.

ESRS 2 SBM – 3 Impactos, Riscos e Oportunidades Materiais e a sua interação com a Estratégia e o Modelo de Negócio

A atividade desenvolvida pela Painhas, S.A. assenta, de forma determinante, no contributo dos seus trabalhadores, sendo por isso essencial compreender como as condições em que o trabalho é realizado influenciam o desempenho da organização, a sustentabilidade do negócio e a criação de valor ao longo do tempo.

Neste contexto, a empresa procedeu à identificação dos principais impactos, riscos e oportunidades materiais associados à sua mão de obra interna, analisando de que forma estes se manifestam nas operações próprias e ao longo da cadeia de valor, bem como a sua relevância em diferentes horizontes temporais. Esta análise permite uma leitura integrada dos efeitos da atividade empresarial, tanto ao nível social como ao nível estratégico.

A tabela seguinte sintetiza os principais impactos, riscos e oportunidades materiais identificados no âmbito da mão de obra interna, evidenciando a sua natureza, o posicionamento na cadeia de valor e o respetivo horizonte temporal, constituindo um suporte fundamental à tomada de decisão e ao alinhamento entre a estratégia da empresa e o seu modelo de negócio.

S1 – Mão de Obra Interna							
Descrição	Impacto / Risco / Oportunidade	Cadeia de Valor			Horizonte Temporal		
		Montante	Operações Próprias	Jusante	Curto- Prazo	Médio- Prazo	Longo- Prazo
Condições de Trabalho							
<u>Saúde e Segurança:</u> Implementação de programas que visam a garantia das condições de segurança e saúde, garantido formação adequada.	Impacto Positivo (I+)	✓	✓				
<u>Equilíbrio entre a Vida Profissional e a Vida Privada:</u> Efeitos na vida pessoal devido a exigências laborais associadas a deslocações frequentes, regimes de trabalho em formato de piquete, e, isenção de horário...).	Impacto Negativo (I-)	✓	✓				
<u>Diálogo Social:</u> Envolvimento dos trabalhadores decorrentes de uma cultura empresarial que promove o diálogo entre diferentes níveis hierárquicos.	Impacto Positivo (I+)	✓	✓	✓			
Igualdade de Tratamento e de Oportunidades para Todos							
<u>Salários Adequados:</u> Motivação e satisfação dos trabalhadores associado à existência de mecanismos formais de Avaliação de Desempenho, incluindo prémios; pagamentos consistentes de acordo com os prazos.	Impacto Positivo (I+)		✓				
<u>Igualdade de género e igualdade de remuneração por trabalho igual valor:</u> Promovemos oportunidades no acesso ao emprego e progressão na carreira independentemente do género e etnia.	Impacto Positivo (I+)		✓				

S1 – 1 Políticas relacionadas com a Própria Mão de Obra

A Painhas, S.A. dispõe de um conjunto de políticas internas que enquadram a gestão dos impactos significativos, bem como dos riscos e oportunidades materiais associados à sua própria mão de obra. Estas políticas refletem o compromisso da empresa com práticas laborais responsáveis, com a proteção dos direitos humanos e com a promoção de condições de trabalho seguras, justas e inclusivas.

As políticas adotadas abrangem matérias essenciais relacionadas com as condições de trabalho, a segurança e saúde no trabalho, a igualdade de tratamento e de oportunidades, a ética e conduta profissional, a prevenção do assédio, a proteção de dados pessoais, o reconhecimento do mérito e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores. No seu conjunto, estas políticas contribuem para mitigar impactos negativos potenciais, reforçar impactos positivos e apoiar uma gestão sustentável da relação laboral.

No que respeita aos direitos humanos, a Painhas, S.A. assume o compromisso de respeitar os direitos fundamentais da sua mão de obra, incluindo os direitos laborais, a dignidade no trabalho, a não discriminação e a igualdade de oportunidades. Este compromisso está refletido, de forma transversal, nas políticas internas em vigor, nomeadamente no Código de Ética, Assédio e Conduta, na Política Empresarial e nos procedimentos associados ao Canal de Denúncia, que estabelecem princípios de atuação, regras de conduta e mecanismos para a identificação, comunicação e tratamento de situações suscetíveis de afetar os direitos humanos.

Embora a empresa não disponha de um documento autónomo especificamente designado como política de direitos humanos, as políticas existentes encontram-se alinhadas com os princípios internacionalmente reconhecidos, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, a Declaração da OIT relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Linhas Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, na medida em que promovem o respeito pelos direitos laborais, a igualdade de tratamento, a prevenção de práticas abusivas e a existência de mecanismos de remediação.

As políticas da empresa abordam explicitamente a prevenção do assédio no local de trabalho, a não discriminação, bem como a proteção da privacidade e dos dados pessoais dos trabalhadores.

A Painhas, S.A. dispõe igualmente de uma política e de um sistema de prevenção de acidentes de trabalho, integrados no seu sistema de gestão, que estabelecem princípios, responsabilidades e orientações para a promoção da segurança e saúde no trabalho, visando a prevenção de acidentes, a proteção da integridade física e psicológica dos trabalhadores e a melhoria contínua das condições de trabalho.

No seu conjunto, as políticas relacionadas com a própria mão de obra são aplicáveis às operações próprias da empresa, no contexto geográfico em que esta desenvolve a sua atividade, e são implementadas sob a responsabilidade da Administração, com o envolvimento das chefias e das áreas funcionais competentes. Estas políticas constituem um elemento estruturante da abordagem da Painhas, S.A. à sustentabilidade social, assegurando a coerência entre os valores da empresa, a gestão dos seus recursos humanos e os requisitos definidos pelos ESRS.

Política	Conteúdos Principais	Âmbito	Responsável	Disponibilização
Política Empresarial	Condições de trabalho seguras e saudáveis; prevenção de acidentes de trabalho; cumprimento legal em matéria laboral; promoção da igualdade de tratamento; desenvolvimento profissional; respeito pelos direitos humanos e melhoria contínua do sistema de gestão.	Operações Próprias	Administração Direção SGI	Comunicação interna Website LinkedIn Servidor
Código de Ética, Assédio e Conduta	Princípios éticos e de integridade; igualdade de tratamento e não discriminação; prevenção do assédio no local de trabalho; respeito pelos direitos humanos e laborais; deveres e responsabilidades dos trabalhadores; mecanismos disciplinares.	Operações Próprias Terceiros Aplicáveis	Administração Direção RH	Comunicação interna Livesolutions Servidor
Política de Privacidade e Proteção de Dados (RGPD)	Proteção de dados pessoais dos trabalhadores; confidencialidade da informação; tratamento lícito, transparente e seguro dos dados; respeito pelos direitos fundamentais à privacidade.	Operações Próprias	Administração Direção RH	Comunicação interna Portal do Trabalhador Servidor
Regulamento do Canal de Denúncia	Comunicação e tratamento de infrações; proteção do denunciante; prevenção de represálias; confidencialidade; mecanismos de remediação de	Operações Próprias Terceiros Aplicáveis	Administração Direção RH	Comunicação interna Website Servidor

	impactos nos direitos humanos, condições de trabalho e conduta ética.			
Manual de Gestão de Desempenho	Avaliação objetiva do desempenho; reconhecimento do mérito; igualdade de oportunidades; desenvolvimento de competências; progressão profissional; atribuição de prémios e alinhamento com objetivos estratégicos.	Operações Próprias	Administração Recursos Humanos Chefias Diretas	Comunicação interna Portal do Trabalhador Servidor

S1 – 2 Processos para Dialogar com a Própria Mão de Obra e com os Representantes dos Trabalhadores sobre Impactos

A Painhas, S.A. promove um diálogo contínuo e estruturado com a sua própria mão de obra, reconhecendo-o como um instrumento essencial para a identificação e gestão dos impactos materiais reais e potenciais decorrentes da sua atividade, em particular nas áreas das condições de trabalho, segurança e saúde, bem-estar e organização das operações.

O diálogo ocorre diretamente com os trabalhadores, não existindo estruturas formais de representação dos trabalhadores. Ainda assim, a empresa assegura múltiplos mecanismos de envolvimento que permitem recolher, de forma regular e eficaz, as perspetivas e preocupações dos trabalhadores, tanto em contexto operacional como organizacional.

A empresa dispõe de vários canais de comunicação permanentes, incluindo e-mail corporativo e plataformas digitais de colaboração, que funcionam como meios de suporte ao diálogo contínuo e à partilha de informação entre trabalhadores, chefias, recursos humanos e áreas técnicas.

Um dos principais mecanismos formais de diálogo é a reunião semestral da Comissão de Segurança e Saúde, na qual participam representantes dos diferentes departamentos, bem como um trabalhador do terreno (designadamente encarregado ou chefe de equipa). Estas reuniões constituem um espaço estruturado para a discussão de temas relacionados com segurança e saúde no trabalho, condições operacionais e prevenção de riscos, permitindo que os trabalhadores apresentem diretamente as suas preocupações, perceções e propostas de melhoria.

Adicionalmente, o diálogo com a mão de obra é assegurado através de:

- Análises críticas semanais, onde são abordados aspetos operacionais, organizacionais e de segurança;
- Diálogos diários de segurança, realizados no terreno, promovendo a participação ativa dos trabalhadores na identificação de riscos e comportamentos seguros;
- Questionários de satisfação do trabalhador, questionários de consulta aos trabalhadores e questionários sobre hábitos saudáveis, que permitem recolher perceções estruturadas sobre bem-estar, ambiente de trabalho e organização das atividades;
- Registo de ocorrências, onde os trabalhadores podem reportar situações observadas, apresentar sugestões de melhoria e identificar boas práticas, contribuindo para a melhoria contínua;
- Caixas de sugestões, disponíveis nas várias instalações e em todos os estaleiros de obra, permitindo a apresentação de contributos de forma simples, acessível e próxima do local de trabalho;
- Presença regular do Departamento de Recursos Humanos no terreno, promovendo proximidade e acompanhamento direto;
- Atuação dos Técnicos Superiores de Segurança e da Engenharia, que realizam auditorias e observações preventivas no terreno, integrando momentos de diálogo com os trabalhadores.

De forma a garantir que este diálogo é eficaz, construtivo e inclusivo, a empresa promove a capacitação das suas lideranças intermédias. Os chefes de equipa, encarregados e demais chefias recebem formação específica em áreas como liderança inclusiva, gestão de conflitos, comunicação e igualdade de oportunidades, reforçando a sua capacidade para ouvir, compreender e integrar as perspetivas dos trabalhadores no dia a dia operacional.

A responsabilidade por assegurar que estes processos de diálogo ocorrem e que os respetivos contributos são considerados na gestão dos impactos cabe à Administração, às chefias operacionais, ao Departamento de Recursos Humanos e às áreas de Segurança e Saúde no Trabalho, no âmbito das respetivas competências. A informação recolhida é utilizada para ajustar práticas internas, reforçar medidas preventivas, melhorar condições de trabalho e apoiar a tomada de decisão.

A eficácia do diálogo é avaliada de forma contínua, através da análise das ocorrências registadas, dos resultados dos questionários, do acompanhamento das sugestões apresentadas, da implementação de medidas corretivas e preventivas e da evolução dos indicadores de segurança e bem-estar.

Relativamente a trabalhadores potencialmente mais vulneráveis a impactos, a empresa assegura uma abordagem baseada na proximidade, no acompanhamento individual e na atuação preventiva no terreno, garantindo um tratamento equitativo e não discriminatório.

Desta forma, a Painhas, S.A. assegura que o diálogo com a sua própria mão de obra é efetivo, regular e integrado na gestão dos impactos sociais, contribuindo para a melhoria contínua das condições de trabalho e para a sustentabilidade do seu modelo de negócio.

S1 – 3 Processos para corrigir Impactos Negativos e Canais para a Própria Mão de Obra expressar preocupações

A correção de impactos negativos reais ou potenciais sobre a mão de obra constitui um elemento essencial da gestão responsável das atividades desenvolvidas, exigindo a existência de canais acessíveis, seguros e eficazes para a expressão de preocupações e para o tratamento das situações identificadas.

Neste contexto, a Painhas, S.A. dispõe de um conjunto de processos e mecanismos que permitem aos trabalhadores reportar preocupações, apresentar reclamações ou comunicar situações suscetíveis de gerar impactos negativos, assegurando a respetiva análise, acompanhamento e correção.

Estão disponíveis diversos canais formais de reporte, adequados à natureza das atividades e acessíveis a todos os trabalhadores, incluindo:

- o Canal de Denúncias, regulamentado, que assegura confidencialidade, proteção do denunciante e ausência de represálias;
- o registo de ocorrências, utilizado para reportar situações observadas no terreno, propor ações corretivas, sugerir melhorias e identificar boas práticas;
- as caixas de sugestões, disponíveis nas instalações e em todos os estaleiros de obra;
- o contacto direto com chefias, com o Departamento de Recursos Humanos e com os Técnicos Superiores de Segurança, incluindo em contexto de presença regular no terreno;
- os canais de comunicação interna, como o e-mail corporativo e plataformas digitais, que permitem o reporte célere de situações identificadas.

Os trabalhadores são informados sobre os mecanismos de reclamação e reporte disponíveis através da comunicação interna, da divulgação dos regulamentos aplicáveis e da interação regular com as chefias, os recursos humanos e as áreas técnicas, garantindo o conhecimento e a utilização efetiva destes canais.

As situações reportadas são analisadas pelas áreas competentes, em função da sua natureza, podendo envolver a Administração, as chefias operacionais, o Departamento de Recursos Humanos, a área de Segurança e Saúde no Trabalho ou outras áreas técnicas relevantes. Sempre que aplicável, são definidas e implementadas medidas corretivas e preventivas, com o objetivo de eliminar ou mitigar os impactos negativos identificados e prevenir a sua recorrência.

No domínio da segurança e saúde no trabalho, as preocupações e ocorrências comunicadas contribuem para a revisão de avaliações de risco, para a definição de ações corretivas e para o reforço das medidas preventivas, assegurando uma resposta prática e proporcional aos impactos identificados.

A confidencialidade, a proteção contra represálias e o tratamento adequado das situações reportadas são princípios assegurados em todos os mecanismos disponíveis, promovendo um ambiente de confiança e responsabilidade. A eficácia destes processos é acompanhada através da análise das ocorrências registadas, do seguimento das ações implementadas e da evolução das condições de trabalho, segurança e bem-estar.

Deste modo, ficam assegurados processos adequados para a correção de impactos negativos e canais eficazes para que a mão de obra possa expressar preocupações, contribuindo para a melhoria contínua das práticas internas e para a sustentabilidade social da organização.

SI – 4 Medidas relativas à Própria Mão de Obra

A gestão responsável dos impactos materiais associados à própria mão de obra implica a adoção de medidas concretas destinadas a prevenir e mitigar impactos negativos, gerir riscos materiais e potenciar oportunidades relacionadas com as pessoas que integram a organização. Estas medidas encontram-se integradas nas práticas operacionais da empresa e refletem uma abordagem orientada para a melhoria contínua das condições de trabalho, da segurança, do bem-estar e do envolvimento dos trabalhadores.

A tabela seguinte apresenta as principais ações implementadas pela Painhas, S.A., indicando o respetivo estado de implementação, âmbito de aplicação, horizonte temporal e os resultados esperados, evidenciando a forma como estas medidas contribuem para a gestão dos impactos materiais identificados e para o alinhamento com a estratégia e o modelo de negócio da empresa.

Descrição da Medida	Estado	Âmbito	Horizonte Temporal
Implementação de Planos de Segurança e Saúde, Fichas de Procedimentos de Segurança e Instruções de Trabalho.	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo
Aplicação de procedimentos de gestão e controlo operacional relacionados com a mão de obra.	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo
Realização de diálogos diários de segurança, análises críticas semanais e fóruns de segurança, garantindo a realização de, pelo menos, um fórum de segurança anual.	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo
Ações de sensibilização e promoção do diálogo durante visitas ao terreno, dirigidas à totalidade dos	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo

trabalhadores operacionais, garantindo uma cobertura abrangente das equipas em contexto de obra.			
Funcionamento semestral da Comissão de Segurança e Saúde com participação transversal de trabalhadores das diferentes áreas.	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo
Realização da primeira edição da formação em Liderança Inclusiva e Gestão de Conflitos, estruturada em várias sessões e dirigida a cerca de 40 trabalhadores com funções de chefia.	Implementada	Mão de Obra Própria	2025
Realização de testes de alcoolemia no âmbito das consultas de medicina do trabalho e em contexto de visitas ao terreno, enquanto medida de prevenção de riscos e reforço da segurança no trabalho.	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo
Implementação de ações de ginástica laboral no âmbito das visitas ao terreno efetuadas pela enfermeira do trabalho e/ou técnicos de segurança, visando a prevenção de lesões musculoesqueléticas e a promoção do bem-estar dos trabalhadores.	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo
Programa “Próximos, somos + energia” – visitas da Administração ao terreno.	Implementada	Mão de Obra Própria	Anterior a 2025 – Contínuo
Programa “Juntos somos + energia” – implementação de sessões por departamento, que consistem na realização de encontros entre trabalhadores para discussão de temas transversais à atividade, como segurança no trabalho, segurança rodoviária, recursos humanos e logística, promovendo o alinhamento organizacional, a partilha de informação e o reforço da cultura de segurança.	Implementada	Mão de Obra Própria	2025

S1 – 5 Metas relacionadas com a gestão dos Impactos Materiais Negativos, a promoção de Impactos Positivos e a Gestão de Riscos e Oportunidades Materiais

A definição de métricas e metas permite monitorizar a evolução dos impactos materiais, dos riscos e das oportunidades associados à própria mão de obra, bem como avaliar a eficácia das medidas implementadas. As métricas selecionadas refletem as áreas consideradas materiais, com particular enfoque na segurança e saúde no trabalho, no envolvimento dos trabalhadores e no bem-estar organizacional.

O ano de 2024 foi definido como valor de referência, por corresponder ao primeiro exercício de reporte estruturado de acordo com os requisitos da CSRD e dos ESRS. Os dados apresentados para 2025 permitem avaliar a evolução do desempenho, sendo as metas definidas para 2026 estabelecidas com base numa abordagem prudente e orientada para a melhoria contínua. As métricas são apuradas com base em registos internos e, nesta fase, não são objeto de validação por entidade externa, encontrando-se o sistema de monitorização em processo de consolidação.

Métrica (Unidades)	Valor de Referência 2024	Valor 2025	Variação (%)	Meta 2026
Taxa de Incidência (%)	5,19 %	0	- 100 %	< 5 %
Taxa de Frequência (%)	2,14 %	0	- 100 %	< 2 %
Taxa de Gravidade (%)	59,91 %	0	- 100 %	< 55 %
Número de Ações de Sensibilização Realizadas	2 752	3 482	+ 26,5 %	Manter ou aumentar face a 2025.
Absentismo (%)	4,3 %	4,3 %	0 %	Redução ou Manutenção da Taxa, em relação ao ano anterior (5%).
Índice de Turnover (%)	18,8%	23,2%	+ 23,4%	< 24%

Metodologia de Cálculo:

A monitorização dos indicadores de Segurança e Saúde no Trabalho e de Gestão de Recursos Humanos é efetuada através de metodologias de cálculo padronizadas, garantindo a consistência, comparabilidade e fiabilidade da informação reportada no presente Relatório de Sustentabilidade.

A Taxa de Incidência é calculada através da relação entre o número total de acidentes de trabalho e o número médio de trabalhadores da organização, multiplicado por 100, permitindo avaliar a incidência da sinistralidade laboral na estrutura organizacional.

A Taxa de Frequência é determinada pela relação entre o número de acidentes com baixa e o total de horas trabalhadas no período de referência, sendo o resultado multiplicado por um fator de normalização de um milhão de horas trabalhadas. Este indicador permite avaliar a frequência de acidentes em função da exposição efetiva ao trabalho.

A Taxa de Gravidade resulta da relação entre o número total de dias perdidos devido a acidentes de trabalho e o total de horas trabalhadas, multiplicada por mil, refletindo o impacto da sinistralidade na capacidade laboral e operacional da organização.

O número de ações de sensibilização realizadas corresponde ao total de iniciativas promovidas no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo ações de formação, sessões de sensibilização, toolbox talks e campanhas internas de prevenção.

A taxa de absentismo é apurada através da relação entre o total de horas de ausência registadas e o total de horas de trabalho previstas para o período em análise, multiplicada por 100. Este indicador inclui, sempre que aplicável, ausências por doença, acidentes de trabalho e outras faltas justificadas.

O índice de turnover corresponde à relação entre o número de saídas de trabalhadores durante o período e o número de trabalhadores da organização a 31 de dezembro de 2025, multiplicada por 100.

Os resultados apresentados evidenciam uma evolução positiva no desempenho associado à própria mão de obra, em particular na área da segurança e saúde no trabalho, num contexto de aumento da atividade operacional. A inexistência de acidentes em 2025, aliada ao reforço das ações de sensibilização e ao maior envolvimento dos trabalhadores nos processos de consulta, reflete a eficácia das medidas implementadas. As metas definidas para 2026 assentam numa abordagem prudente, orientada para a manutenção dos níveis de desempenho alcançados e para a melhoria contínua, tendo em consideração a natureza das atividades e os riscos associados.

S1 – 6 Características dos Trabalhadores Assalariados da Empresa

Os dados relativos aos trabalhadores assalariados são apresentados em número de efetivos, apurados no final do período de relato (31 de dezembro de 2025). A empresa não utiliza, nesta fase, equivalentes a tempo completo (ETC) para o reporte das características da sua mão de obra.

Para efeitos de classificação contratual, consideram-se:

- Trabalhadores permanentes: trabalhadores com contrato sem termo, nos termos da legislação laboral portuguesa;
- Trabalhadores temporários: trabalhadores com contrato a termo certo ou incerto;
- Trabalhadores com horas de trabalho não garantidas: não aplicável, uma vez que a empresa não recorre a este tipo de vínculo laboral.

As definições utilizadas estão alinhadas com a legislação laboral nacional aplicável. Os dados refletem a situação existente no final do período de relato.

Quadro 1. Número de Efetivos Assalariados por Género

Género	Número de Trabalhadores Assalariados
Homens	534
Mulheres	61
Outro	0
Não Declarado	0
Total	595

Quadro 2. Informações sobre os Trabalhadores Assalariados por tipo de Contrato, Discriminados por Género (Número de Efetivos)

2025				
Masculino	Feminino	Outro	Não Declarado	Total
<i>Número de Trabalhadores</i>				
534	61	0	0	595
<i>Número de Trabalhadores Permanentes</i>				
412	50	0	0	462
<i>Número de Trabalhadores Temporários</i>				
122	11	0	0	133
<i>Número de Horas de Trabalho não garantidas dos Trabalhadores</i>				
0	0	0	0	0
<i>Número de Trabalhadores a Tempo Inteiro</i>				
526	61	0	0	587
<i>Número de Trabalhadores a Tempo Parcial</i>				
8	0	0	0	8

A Painhas, S.A. desenvolve a totalidade da sua atividade em Portugal, sendo todos os trabalhadores assalariados estabelecidos no mesmo país. Por esse motivo, não é apresentada desagregação adicional por região geográfica, não se verificando diferenças materiais que justifiquem essa segmentação.

A taxa de rotatividade dos trabalhadores assalariados em 2025 foi de 23,2 %, tendo sido calculada com base no número total de trabalhadores que cessaram a sua relação laboral durante o período de relato,

em relação ao número total de trabalhadores assalariados no mesmo período. Em termos absolutos, registaram-se 138 saídas de trabalhadores ao longo de 2025.

S1 – 7 Características dos Trabalhadores Não Assalariados na Própria Mão de Obra da Empresa

À data de 31 de dezembro de 2025, a Painhas, S.A. não dispõe de trabalhadores não assalariados integrados na sua própria mão de obra. A totalidade dos recursos humanos que exercem funções permanentes na organização encontra-se vinculada por contrato de trabalho, nos termos da legislação laboral aplicável, sendo considerados trabalhadores assalariados.

Para efeitos do ESRS S1, consideram-se trabalhadores não assalariados aqueles que desempenham funções equiparáveis às da própria força de trabalho da empresa, mas cujo vínculo contratual não configura um contrato de trabalho com a Painhas (por exemplo, prestadores de serviços individuais economicamente dependentes e trabalhadores cedidos por empresas de trabalho temporário). Após análise interna, concluiu-se que não existem situações que se enquadrem nesta definição.

S1 – 8 Cobertura da Negociação Coletiva e Diálogo Social

No período de relato, a Painhas, S.A. encontra-se abrangida pelo Contrato Coletivo de Trabalho aplicável ao setor das Instalações Elétricas, o qual regula matérias relacionadas com condições de trabalho, direitos e deveres das partes, organização do tempo de trabalho e demais aspetos laborais.

Em 31 de dezembro de 2025, 100% dos trabalhadores assalariados encontram-se abrangidos pelo referido instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

A Painhas, S.A. não dispõe de estruturas formais internas de representação coletiva, como Comissão de Trabalhadores ou delegados sindicais permanentes. No entanto, assegura o cumprimento integral das disposições legais e convencionais aplicáveis, promovendo um ambiente de diálogo direto com os trabalhadores, conforme descrito no ponto *“S1 – 2 Processos para Dialogar com a Própria Mão de Obra e com os Representantes dos Trabalhadores sobre Impactos”* do presente relatório.

S1 – 10 Salários Adequados

A política remuneratória da Painhas, S.A. encontra-se alinhada com a legislação laboral portuguesa aplicável, garantindo que todos os trabalhadores auferem, pelo menos, a remuneração mínima legal em vigor. A definição das remunerações base assenta em critérios objetivos, designadamente a função desempenhada, o nível de responsabilidade, a qualificação técnica e a experiência profissional, promovendo uma abordagem baseada no mérito e na equidade interna.

Para além da remuneração base, a empresa dispõe de mecanismos complementares que reforçam a adequação das condições remuneratórias face às especificidades da atividade desenvolvida. Existe um prémio de produção de carácter mensal, associado a critérios como segurança, qualidade e desempenho produtivo, incentivando comportamentos responsáveis e alinhados com os objetivos organizacionais. É igualmente atribuído um prémio de desempenho, com base na avaliação anual do trabalhador, refletindo o contributo individual e promovendo uma cultura de responsabilização e melhoria contínua.

Considerando a natureza operacional da atividade e a frequência de deslocações a obras e empreitadas, a empresa assegura a atribuição de ajudas de custo destinadas a compensar despesas associadas a alojamento e refeições dos trabalhadores deslocados. As deslocações profissionais são realizadas em viaturas da empresa, reduzindo encargos diretos para os trabalhadores. Sempre que a atividade é desempenhada a uma distância significativa das instalações da empresa, o subsídio de alimentação é ajustado de forma a refletir as condições específicas da deslocação.

A empresa promove ainda o princípio da igualdade remuneratória para trabalho de igual valor, não sendo toleradas práticas discriminatórias em função do género ou de qualquer outra característica pessoal ou social. No seu conjunto, estas medidas contribuem para assegurar condições salariais adequadas e proporcionais às exigências da atividade, reforçando o compromisso com o bem-estar, a motivação e a valorização da sua mão de obra.

SI – 14 Métricas de Saúde e Segurança

A empresa dispõe de um Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho implementado e certificado de acordo com a norma ISO 45001, com certificado n.º 0985 emitido pelo Organismo de certificação Empresa Internacional de Certificação, S.A., aplicável à totalidade da sua própria mão de obra. O âmbito da certificação abrange a conceção, construção, manutenção e assistência de subestações, linhas aéreas e subterrâneas até 400 kV, trabalhos em tensão, instalações elétricas, redes de telecomunicações, instalação de unidades electroprodutoras de energia elétrica por painéis fotovoltaicos, projeto e execução de medidas de eficiência energética e trabalhos de construção civil.

O sistema aplica-se à totalidade dos 595 trabalhadores assalariados da empresa. Adicionalmente, no contexto operacional de obra, os requisitos de segurança definidos no Sistema de Gestão são igualmente aplicáveis aos prestadores de serviços, enquanto trabalhadores da cadeia de valor que atuam sob coordenação de segurança da Painhas, S.A., garantindo uniformidade de critérios preventivos e controlo de riscos.

Contudo, para efeitos de reporte ao abrigo do ESRS S1, apenas são considerados os trabalhadores que integram a própria mão de obra da empresa.

Número de Mortes devido a Lesões e Problemas de Saúde relacionadas com o trabalho

Durante o exercício de 2025, não se registaram mortes relacionadas com o trabalho.

Categoria	2025
Trabalhadores Assalariados	0
Trabalhadores Não Assalariados	Não Aplicável
Trabalhadores da Cadeia de Valor que trabalham nas Instalações da Empresa	0

A empresa não dispõe de trabalhadores não assalariados integrados na sua própria mão de obra.

Número de Acidentes de Trabalho

No período de relato não ocorreram acidentes de trabalho registáveis entre trabalhadores assalariados.

Categoria	2025
Trabalhadores Assalariados	0
Trabalhadores Não Assalariados	Não Aplicável

Taxas de Acidentes de Trabalho (AR 89 – por 1 000 000 horas trabalhadas)

Nos termos do AR 89 do ESRS S1, a taxa de lesões relacionadas com o trabalho é calculada dividindo o número de casos pelo total de horas trabalhadas e multiplicando por 1 000 000.

Considerando que o número de acidentes registados foi zero, as taxas apresentam igualmente valor nulo.

Indicador	2025
Taxa de Incidência	0,00
Taxa de Frequência	0,00
Taxa de Gravidade	0,00

Número de Casos de Problemas de Saúde relacionados com o trabalho (AR 94)

Nos termos do AR 94, devem ser considerados os casos notificados à empresa ou identificados através da vigilância médica durante o período de relato.

Em 2025, não foram registados casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho.

Categoria	2025
Trabalhadores Assalariados	0

Número de Dias Perdidos (AR 95)

Nos termos do AR 95, o cálculo incluiria o primeiro e o último dia completo de ausência e consideraria dias de calendário.

No exercício de 2025 não se registaram dias perdidos decorrentes de acidentes ou doenças profissionais.

Categoria	2025
Trabalhadores Assalariados	0

Metodologia de Cálculo:

As métricas de saúde e segurança apresentadas foram apuradas em conformidade com os requisitos do ESRS S1 – Own Workforce, designadamente com o disposto nos Application Requirements AR 89, AR 94 e AR 95. A taxa de incidência, a taxa de frequência e a taxa de gravidade foram calculadas com base no número total de horas efetivamente trabalhadas pela própria mão de obra da empresa durante o período de relato, utilizando como fator de normalização 1 000 000 de horas trabalhadas, conforme previsto no AR 89. A taxa de incidência corresponde ao número total de acidentes de trabalho registáveis dividido pelo total de horas trabalhadas e multiplicado por 1 000 000; a taxa de frequência considera os acidentes com baixa médica; e a taxa de gravidade resulta do quociente entre o número total de dias perdidos e o total de horas trabalhadas, igualmente multiplicado por 1 000 000. Para efeitos de contabilização de dias perdidos, foi considerado o critério definido no AR 95, incluindo o primeiro e o último dia completo de ausência e contabilizando dias de calendário, independentemente de corresponderem a dias úteis, fins de semana ou feriados. Os casos de problemas de saúde relacionados com o trabalho foram considerados nos termos do AR 94, incluindo apenas situações notificadas à empresa ou identificadas no âmbito da vigilância médica durante o período de relato. A recolha e tratamento dos dados basearam-se em registos internos do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho, relatórios operacionais e informação proveniente da medicina do trabalho, aplicando-se exclusivamente à própria mão de obra da empresa, em conformidade com o âmbito do ESRS S1.

O desempenho registado em 2025 – zero acidentes, zero dias perdidos e zero casos de doença profissional – evidencia a maturidade do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho e a consolidação de uma cultura preventiva transversal à organização e extensível, em termos operacionais, aos trabalhadores da cadeia de valor que intervêm nas suas atividades.

S1 – 15 Métricas de Equilíbrio entre a Vida Profissional e a Vida Privada

A organização procede à monitorização de indicadores relacionados com o equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada com base na informação disponível nos sistemas de gestão de recursos humanos, encontrando-se, contudo, em fase de desenvolvimento um modelo mais estruturado de recolha e reporte destes dados.

Todos os trabalhadores assalariados da Painhas têm direito a licenças relacionadas com a família de acordo com a legislação aplicável. As licenças relacionadas com a família incluem licença parental e a licença de cuidador.

No período de reporte, foram identificados 20 trabalhadores elegíveis para licença parental, correspondendo aos trabalhadores que reuniram as condições legais para o exercício deste direito. O número de trabalhadores que efetivamente usufruíram de licença parental foi igualmente de 20 trabalhadores, dos quais 17 do sexo masculino e 3 do sexo feminino, refletindo a adesão integral aos direitos legalmente previstos.

A taxa de regresso ao trabalho após licença parental situou-se em aproximadamente 95%, tendo-se registado uma única situação de não regresso após o término da licença.

No que respeita a mecanismos formais de promoção do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, a organização não dispõe atualmente de regimes formalizados de horário flexível, nem de instrumentos como banco de horas, regimes de adaptabilidade ou modalidades de teletrabalho, total ou parcial.

Adicionalmente, não se encontram implementadas políticas estruturadas ou programas internos específicos direcionados para a promoção da conciliação entre a vida profissional e pessoal.

Não obstante, atendendo à natureza operacional da atividade desenvolvida — nomeadamente no setor das instalações elétricas, caracterizado por exigências operacionais específicas e variabilidade de horários — a organização adota uma abordagem de gestão casuística, procurando assegurar, sempre que possível, a compatibilização entre as necessidades operacionais e as responsabilidades pessoais dos trabalhadores, em conformidade com o enquadramento legal aplicável.

No âmbito da melhoria contínua das suas práticas de gestão de pessoas e alinhamento com os requisitos da Diretiva CSRD e das normas ESRS, a organização prevê evoluir no sentido da:

- implementação de políticas formais de conciliação entre vida profissional e pessoal;
- definição e monitorização sistemática de indicadores quantitativos relevantes;
- avaliação da viabilidade de medidas como horários flexíveis ou soluções organizacionais ajustadas às diferentes funções.

S1 – 16 Métricas de Remuneração (Disparidade Salarial e Remuneração Total)

A organização monitoriza indicadores relacionados com a equidade remuneratória, com base na informação disponível nos sistemas internos de gestão de recursos humanos, encontrando-se em desenvolvimento um modelo mais estruturado de análise e reporte destes dados, em alinhamento com os requisitos da Diretiva CSRD e das normas ESRS.

No período de reporte, a análise da disparidade salarial entre géneros (Gender Pay Gap) evidenciou uma diferença de -22,24 %, indicando que, em termos médios, a remuneração das mulheres é superior à dos homens.

Este resultado deverá ser interpretado tendo em consideração a estrutura e composição da força de trabalho da organização, nomeadamente a distribuição dos trabalhadores por categorias profissionais, níveis de qualificação, funções desempenhadas e antiguidade. Adicionalmente, importa considerar que a predominância de trabalhadores do sexo masculino em funções técnicas e operacionais não implica, necessariamente, níveis remuneratórios médios inferiores, podendo a diferença observada resultar da concentração de trabalhadoras em funções de maior especialização, responsabilidade ou enquadramento remuneratório mais elevado.

A organização acompanha regularmente este indicador, promovendo práticas de igualdade, não discriminação e equidade remuneratória, assegurando que os princípios de remuneração são definidos com base em critérios objetivos, transparentes e alinhados com as funções desempenhadas e competências requeridas.

Relativamente à dispersão remuneratória interna, o rácio entre a remuneração do trabalhador mais bem remunerado e a remuneração mediana situou-se em 3,43, refletindo uma diferenciação moderada entre níveis hierárquicos e funções desempenhadas.

Para efeitos de cálculo dos indicadores apresentados, o conceito de remuneração considerado inclui:

- remuneração base;
- subsídios de férias e de Natal;
- componentes variáveis, nomeadamente prémios (quando aplicáveis);
- ajudas de custo, sempre que integradas de forma regular na estrutura remuneratória.

A organização reconhece a importância de aprofundar a análise da equidade salarial, nomeadamente através da desagregação dos dados por categoria profissional, função e género, de forma a identificar potenciais assimetrias estruturais.

Neste contexto, encontra-se prevista a implementação de medidas que visam:

- o reforço da transparência e consistência dos critérios remuneratórios;
- a monitorização sistemática da disparidade salarial;
- a promoção de práticas de igualdade e não discriminação no acesso a funções e progressão na carreira.

S1 – 17 Incidentes, Queixas e Graves Impactos e Incidentes de Desrespeito dos Direitos Humanos

No período de reporte de 2025, a Painhas, S.A. não registou quaisquer incidentes de discriminação, incluindo situações de assédio, no âmbito da sua força de trabalho própria.

Adicionalmente, não foram apresentadas queixas através dos canais internos de denúncia, nem foram identificados casos suscetíveis de constituir violação de direitos humanos.

Número total de incidentes de discriminação incluindo assédio reportados no ano de relato	0
Número de queixas apresentadas através do canal de denúncias	0
Montante total de multas, sanções pecuniárias e indemnizações por danos em resultado dos incidentes e reclamações de discriminação incluindo assédio	0
Número de incidentes graves em matéria de direitos humanos	0
Montante total de multas, sanções pecuniárias e indemnizações por danos em resultado dos incidentes graves em matéria de direitos humanos	0

Não obstante a ausência de ocorrências reportadas, a organização reconhece a importância da prevenção ativa de situações de discriminação, assédio ou violação de direitos humanos, promovendo um ambiente de trabalho assente no respeito, na igualdade e na dignidade dos trabalhadores.

A organização encontra-se a desenvolver mecanismos de reforço da cultura ética e de transparência, incluindo a avaliação da necessidade de formalização e divulgação de canais de denúncia e procedimentos internos associados, em alinhamento com os requisitos da Diretiva CSRD e das normas ESRS.

ESRS G1 Conduta Empresarial

G1 – IRO – 1 Impactos, Riscos e Oportunidades

A organização reconhece a importância da conduta empresarial enquanto pilar fundamental para a criação de valor sustentável, assegurando a adoção de princípios de ética, integridade, transparência e responsabilidade nas suas relações com as diversas partes interessadas.

A identificação dos impactos, riscos e oportunidades (IROs) associados à conduta empresarial foi realizada com base numa análise interna, com a participação ativa de áreas relevantes da organização, nomeadamente a gestão de topo e a área jurídica, garantindo a integração de diferentes perspetivas na avaliação dos temas materiais. O processo detalhado pode ser encontrado na secção 3.1 – Processo de Avaliação de Materialidade.

No âmbito desta análise, foram identificados os seguintes IROs:

G1 – Conduta Empresarial							
Descrição	Impacto / Risco / Oportunidade	Cadeia de Valor			Horizonte Temporal		
		Montante	Operações Próprias	Jusante	Curto- Prazo	Médio- Prazo	Longo- Prazo
Cultura Empresarial							
<u>Atuação Ética e Transparente:</u> Existência de uma cultura ética e transparente para com todas as partes interessadas.	Impacto Positivo (I+)	✓	✓	✓			
Gestão das Relações com Fornecedores, incluindo Práticas de Pagamento							
<u>Relação de parceria com fornecedores:</u> Gestão de fornecedores, potenciando uma relação benéfica para ambas as partes, incluindo práticas de pagamento.	Impacto Positivo (I+)	✓	✓				

<u>Custos associados à indisponibilidade de fornecedores essenciais de serviços:</u> a interrupção ou indisponibilidade de fornecedores essenciais poderá gerar impactos operacionais e financeiros, provocados pelo aumento de custos e atrasos na prestação de serviços, comprometendo a resiliência da organização.	Risco		✓			✓	
--	-------	--	---	--	--	---	--

G1 – 1 Políticas de Conduta Empresarial e Cultura Empresarial

A organização dispõe de um conjunto estruturado de políticas e instrumentos internos que enquadram a sua atuação em matéria de conduta empresarial, promovendo uma cultura organizacional assente na ética, integridade, transparência e cumprimento das disposições legais aplicáveis. Estes princípios encontram-se refletidos em documentos formais, nomeadamente o Código de Ética, Assédio e Conduta, o Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, o Regulamento de Comunicação de Infrações (Canal de Denúncia), a Política Empresarial e a Política ESG.

A Política Empresarial estabelece os compromissos da organização no âmbito da qualidade, segurança, sustentabilidade e satisfação das partes interessadas, promovendo a melhoria contínua e a criação de valor. Complementarmente, a Política ESG reforça o compromisso com práticas responsáveis, incluindo a integridade e a rejeição de comportamentos associados à corrupção e ao suborno, bem como a promoção da transparência e da responsabilidade social.

No que respeita à prevenção de práticas ilícitas, a organização implementou um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, que permite identificar, avaliar e mitigar riscos associados às suas atividades, através da definição de medidas preventivas e mecanismos de controlo interno adequados. Este instrumento constitui um elemento central do sistema de governação, assegurando uma abordagem estruturada à gestão de riscos e à conformidade.

A organização dispõe ainda de um canal interno de denúncia, regulado por procedimento próprio, que permite a comunicação de irregularidades ou comportamentos contrários aos princípios éticos e legais. Este mecanismo garante a receção, análise e tratamento das situações reportadas, assegurando a confidencialidade da informação e a proteção dos denunciantes contra eventuais práticas de retaliação, em conformidade com a legislação aplicável.

Os procedimentos de investigação de incidentes encontram-se enquadrados no sistema de controlo interno, sendo conduzidos de forma proporcional e adequada à natureza das ocorrências, com vista à adoção de medidas corretivas sempre que necessário. Paralelamente, os princípios de conduta empresarial são comunicados e promovidos junto dos trabalhadores através dos instrumentos normativos existentes e do sistema de gestão integrado.

No âmbito da análise de risco, foram identificadas como áreas mais expostas a potenciais situações de corrupção e suborno as funções relacionadas com a contratação e gestão de fornecedores, a tomada de decisão financeira, as áreas operacionais com autonomia decisória e as funções de gestão e direção.

Política	Conteúdos Principais	Âmbito	Responsável	Disponibilização
Política Empresarial	Princípios de atuação organizacional; compromisso com qualidade, segurança, ambiente, stakeholders e melhoria contínua.	Operações Próprias Partes Interessadas	Administração Direção SGI	Comunicação interna Website LinkedIn Servidor
Política ESG	Princípios ambientais, sociais e de governação; ética, transparência, direitos humanos e sustentabilidade.	Operações Próprias Partes Interessadas	Administração Direção SGI	Comunicação interna Website LinkedIn Servidor
Código de Ética, Assédio e Conduta	Definição de princípios éticos, regras de comportamento, prevenção de assédio e promoção de integridade e respeito no local de trabalho.	Operações Próprias Terceiros Aplicáveis	Administração Direção RH	Comunicação interna Livesolutions Servidor
Regulamento do Canal de Denúncia	Procedimentos de comunicação de irregularidades; funcionamento do canal de denúncia; garantias de confidencialidade e proteção de denunciantes.	Operações Próprias Terceiros Aplicáveis	Administração Direção RH	Comunicação interna Website Servidor
Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	Identificação, avaliação e classificação de riscos de corrupção; definição de medidas preventivas e corretivas; controlo interno.	Operações Próprias	Administração Direção RH	Comunicação interna Livesolutions Servidor

GI – 2 Gestão das Relações com os Fornecedores

A organização adota uma abordagem estruturada e responsável na gestão das suas relações com fornecedores, promovendo práticas baseadas na ética, transparência e criação de valor partilhado ao longo da cadeia de abastecimento.

O processo de seleção, qualificação e avaliação de fornecedores encontra-se formalizado no procedimento interno de Compras e Avaliação de Fornecedores, que define metodologias claras para a identificação, avaliação e monitorização contínua dos parceiros comerciais.

A seleção de fornecedores não se limita à análise de critérios económicos e técnicos, integrando também aspetos relacionados com qualidade, ambiente, segurança, continuidade do negócio e segurança da informação. Este processo envolve diferentes áreas da organização, incluindo o Departamento de Compras, áreas operacionais e, sempre que necessário, o Departamento Jurídico, assegurando uma avaliação multidisciplinar e rigorosa.

No âmbito da qualificação de fornecedores, são considerados critérios como documentação técnica, certificações, prazos de entrega, condições de pagamento, capacidade técnica, recursos humanos e equipamentos, bem como a capacidade de resposta a situações de disrupção, garantindo a continuidade do fornecimento e a resiliência operacional. Adicionalmente, os fornecedores são sujeitos a processos de avaliação periódica, com base em parâmetros como cumprimento de prazos, conformidade dos produtos ou serviços fornecidos, resposta a reclamações e desempenho global.

A organização promove relações de parceria com os seus fornecedores, baseadas no cumprimento de compromissos contratuais, na transparência e na comunicação contínua. Sempre que são identificadas situações de incumprimento, são desencadeados mecanismos de acompanhamento, incluindo reuniões de avaliação e definição de ações corretivas, podendo, em última instância, conduzir à desqualificação do fornecedor.

Relativamente à integração de critérios de sustentabilidade, a organização considera, sempre que aplicável, aspetos ambientais, sociais e de segurança na seleção e avaliação dos fornecedores, nomeadamente através da exigência de certificações, cumprimento de requisitos técnicos e adoção de boas práticas alinhadas com os princípios do sistema de gestão integrado.

No que respeita às práticas de pagamento, a organização pauta-se pelo cumprimento dos prazos acordados contratualmente com os fornecedores, incluindo pequenas e médias empresas (PME), promovendo relações comerciais equilibradas e sustentáveis.

A organização reconhece a importância de continuar a reforçar a integração de critérios ESG nos processos de contratação, encontrando-se a avaliar a formalização de uma política específica de compras sustentáveis que permita consolidar estes princípios de forma estruturada.

G1 – 6 Práticas de Pagamento

A organização estabelece as suas práticas de pagamento com base em condições previamente acordadas com os fornecedores, promovendo relações comerciais assentes na transparência, no cumprimento contratual e na sustentabilidade das relações de parceria, incluindo com pequenas e médias empresas (PME).

As condições de pagamento são definidas contratualmente em função da natureza dos bens ou serviços fornecidos, encontrando-se enquadradas pelas Condições Gerais de Compra e pelos respetivos instrumentos contratuais aplicáveis. O processo de pagamento encontra-se sujeito a mecanismos internos de validação e controlo, assegurando a verificação da conformidade das faturas e do cumprimento das obrigações contratuais associadas ao fornecimento.

No período em análise, a organização apresentou os seguintes indicadores relativos às suas práticas de pagamento:

Indicador	2024	2025
Prazo Médio de Pagamento (PMP)	176 dias	142 dias
Pagamentos realizados dentro do prazo contratual.	40%	40%
Pagamentos realizados fora do prazo contratual.	60%	60%
Processos judiciais relacionados com atrasos de pagamento.	0	0

Verifica-se uma redução do Prazo Médio de Pagamento em 2025 face ao período anterior, evidenciando uma evolução positiva na gestão financeira e no acompanhamento das obrigações perante fornecedores.

O Prazo Médio de Pagamento (PMP) foi calculado de acordo com a metodologia contabilística aplicável, correspondendo à relação entre o montante das contas a pagar a fornecedores e o total dos custos associados à aquisição de bens e serviços externos, multiplicada por 365 dias. Este indicador permite avaliar o prazo médio utilizado pela organização para liquidar as suas obrigações perante fornecedores. A percentagem de pagamentos dentro e fora do prazo contratual foi determinada com base na análise dos pagamentos efetuados durante o período em análise.

A organização reconhece a importância da melhoria contínua das suas práticas de pagamento e encontra-se a reforçar os mecanismos internos de planeamento e controlo financeiro, com vista à redução progressiva dos prazos médios de pagamento e ao aumento do nível de cumprimento dos prazos contratualmente estabelecidos.